

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 39

(Sem revisão final)

04 de abril de 2019

(17 h 10 m – 21 h 39 m)

Ordem do dia:

Audição do Major Vasco Brazão (Polícia Judiciária Militar)

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Joana Barata Lopes (PSD)

Ricardo Bexiga (PS)

Rui Silva (PSD)

NOTA: A parte da audição que foi realizada à porta fechada encontra-se entre as páginas 94 e 149.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos, então, iniciar mais uma audição no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Peço a vossa atenção, porque será necessário, nos termos do artigo 15.º, deliberarmos já sobre um pedido formulado pelo depoente.

O depoente virá acompanhado dos Srs. Advogados e pede, como é regimentalmente seu direito, para fazer uma declaração inicial, relativamente à qual não apresenta qualquer restrição, após o que solicita que seja prestado depoimento à porta fechada, atendendo à natureza da matéria.

Portanto, nestes termos, não posso deixar de colocar o pedido à votação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é regimental, mas é preciso saber se essa figura é possível, porque estamos, claramente, a tratar de uma declaração feita para a comunicação social, que tem um objetivo de defesa, e depois um depoimento que é à porta fechada.

Acho que, de duas, uma: o Sr. Major decide uma coisa ou outra. Ou é à porta aberta ou é à porta fechada. Mas não é esta figura mitigada, porque, claramente, tem subjacente uma estratégia de defesa com a qual não devemos pactuar. Ponto final, parágrafo.

Coloco isto à consideração dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Proporia, então, o seguinte: em função das perguntas, e eventualmente da invocação do segredo de justiça, que, não

sendo oponível, é fundamento de reunião à porta fechada, seja deliberado nesse momento.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas pergunta a pergunta?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, temos uma certa tendência para complicar as coisas.

Acho que a proposta do Sr. Deputado Jorge Machado é clara: ou deliberamos que é de porta aberta ou deliberamos que é à porta fechada, e comunicamos à pessoa as circunstâncias em que se faz a audição.

Deliberamos as circunstâncias e comunicamos.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, nesse aspeto concordo, e subscrevo o que disse o PCP.

Ou aprovamos uma audição à porta fechada, do princípio ao fim, ou de porta aberta, do princípio ao fim. Se ele não quiser fazer de porta aberta, não faz. Se quiser fazer à porta fechada, nós aceitamos ou não, mas é do princípio até ao fim. Não é a parte que lhe convém ser para a comunicação social e a parte que não lhe convém ser à porta fechada. Essa figura não existe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Bom, o nosso entendimento será o mesmo. Efetivamente, ou uma coisa ou outra. É essa a nossa posição.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, confesso que, tendo chegado a este momento, e podendo, até, compreender as razões que foram invocadas, não estou a perceber como é que isso se encaixa nas regras que temos adotado, por uma razão muito simples: dissemos sempre, desde o início, desde a primeira audição, que as audições poderiam ocorrer à porta aberta e que, a qualquer momento, a pedido de qualquer depoente, passariam à porta fechada.

Sistema este que, de resto, já foi adotado, não sei se em mais do que uma, mas, seguramente, na audição do Capitão Bengalinha, quando lhe fiz uma determinada pergunta e ele disse «a partir de agora só respondo à porta fechada.»

Portanto, não vejo por que é que esta regra, que tem sido a nossa regra, não se aplica ao Major Vasco Brazão, a não ser que lhe seja exigido que, no fim do depoimento, seja ele a fazer esse pedido, naquele momento.

Mas vai dar ao mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Telmo Correia, foi essa a minha interpretação. Apenas coloquei a questão.

Portanto, até ao momento em que seja requerido, fundamentadamente, que deixe de ser à porta aberta, as reuniões são à porta aberta.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, percebo o que diz e, em abstrato, diria que o raciocínio faz sentido.

O problema é que o Sr. Major Brazão o que diz é que, à partida, quer fazer uma declaração para a comunicação social e, depois, fecha a reunião.

Portanto, a proposta que faço, Sr. Presidente, é que seja tudo à porta fechada, que seja a reunião, toda ela, à porta fechada.

É claro, à partida, que isto é a instrumentalização da Assembleia da República para uma estratégia de defesa, para a qual, julgo, nenhum de nós

quer contribuir. Portanto, proponho que toda a reunião seja à porta fechada e, desta forma, resolvemos o problema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Machado, permita-me só referir o teor do artigo 15.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, onde não estou a ver fundamento para a sua pretensão.

Ou seja, a regra é a publicidade. Não será assim quando for requerido pelos depoentes, invocando a salvaguarda de direitos fundamentais — o que não é o caso —, ou tratando-se de matéria sujeita a segredo de Estado ou segredo de justiça, o que, eventualmente, se colocará em determinado momento.

A única diferença é que essa hipótese foi já alvitrada antes de iniciar a audição.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa. Continuo a compreender a pretensão, mas continuo a não achar que faça muito sentido, até porque aquilo que é dito é que é uma instrumentalização da Comissão, mas não o é. É antes uma aplicação das regras da Comissão, que podem ser usadas pelo depoente e que podem ser úteis à sua defesa.

Mas acho que a regra do Direito é não limitarmos os direitos de defesa de alguém, antes pelo contrário, não é? Não somos uma comissão de inquirição nem de acusação de ninguém.

Se o próprio diz «até onde me interessa, falo à porta aberta, que é regra da Comissão, a partir de certa altura, só falo se for à porta fechada», essa é a regra e não outra, Sr. Presidente. Não vejo outra.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, em abstrato é assim como disse o Sr. Deputado Telmo Correia.

O problema é que fomos informados — o Sr. Presidente foi informado pelo depoente — que ele pretende, única e exclusivamente, ter, à porta aberta, uma declaração à comunicação social — nem sequer se pode dizer que é a esta Comissão — e depois não falará mais à porta aberta, só o fará à porta fechada.

Ora, tendo conhecimento desse facto, não o podemos ignorar. E, se é certo que não estamos aqui para incriminar ninguém, nem somos instrumento de, digamos assim, incriminação, também não somos instrumento de defesa, como disse o Sr. Deputado Jorge Machado.

Portanto, com o conhecimento desse facto, julgo que a Comissão não pode fingir que não o conhece e tem de agir de acordo com esta intenção declarada por parte do depoente.

Se quer fazer uma declaração à comunicação social, há muitas formas de fazê-lo e até dentro da Assembleia, se assim o pretender.

Mas, dentro da Comissão, dizer «venho à Comissão fazer uma declaração à comunicação social e depois fechem-se as portas, porque só falo à porta fechada», parece-me, sinceramente, com todo o respeito pela sua interpretação, que estamos na fronteira do abuso do direito que lhe é conferido pelo artigo 15.º.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, volto a recordar as regras legais das Comissões de Inquérito...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, abuso de direito em matéria de defesa, é uma coisa um pouco...

O Sr. **Presidente**: — Vamos clarificar: a única coisa que sucedeu foi que, inquirido sobre as limitações ao direito da imagem, o depoente referiu que não tinha problema de iniciar a reunião e ter captação de imagem e

adiantou que, relativamente a matéria que dissesse respeito ao processo, estaria disposto a prosseguir, posteriormente, respondendo às questões que lhe iriam ser colocadas — que só se colocam, evidentemente, posteriormente à declaração inicial —, nos termos em que o referi, sendo, obviamente, como todos sabem, o direito de um arguido não prestar declarações. Portanto, estaria disposto a prosseguir nesses termos.

Não há, assim, fundamento algum para não recebermos o depoente e iniciarmos a diligência, com toda a normalidade, com uma prerrogativa regimental que tem sido usada por vários depoentes, de prestar uma exposição inicial.

A partir desse momento, dependendo da inquirição feita por alguém, o arguido responderá nos termos que entender e, então, sim, esta Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará se pretende prosseguir ou não, sendo certo que, nos termos legais, e já interpretado pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, é legítima a invocação do sigilo apenas como fundamento para a prossecução da reunião à porta fechada.

Penso ter sido mais claro. Portanto, a deliberação que sugeriria ser tomada, pode sê-lo posteriormente, em função das questões que forem colocadas e da resposta que for dada pelo depoente.

Faça favor, Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, assim à partida, em nosso entender, o figurino já muda substancialmente.

Inicialmente pensava que a pessoa que vinha aqui ser ouvida tinha transmitido que queria apenas prestar uma declaração à comunicação social e, a partir daí, seria a primeira parte da reunião de porta aberta e a segunda parte à porta fechada.

O Sr. **Presidente**: — Em momento algum falei de comunicação social, era o que faltava! As pessoas prestam declarações à Comissão.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Assim já muda substancialmente de figurino.

A nossa posição segue, assim, a posição o Sr. Deputado Telmo Correia. É esse também o nosso entendimento.

O Sr. **Presidente**: — Não há, de momento, nenhuma deliberação a tomar. Ficam advertidos apenas de que, provavelmente, teremos de vir a tomá-la.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Hoje, temos connosco o Sr. Major Vasco Brazão, que quero cumprimentar, agradecendo a sua presença, que vem acompanhado dos seus ilustres mandatários, o Sr. Dr. Ricardo Sá Fernandes e a Sr.^a Dr.^a Andreia Pais Martins, que igualmente saúdo.

Fazendo uso de uma prerrogativa regimental que já me comunicou pretender exercer, o Sr. Major Vasco Brazão proferirá uma declaração inicial, após o que se iniciará a inquirição, que, regimentalmente, nos termos acordados, competirá hoje ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao Sr. Deputado João Vasconcelos.

Portanto, sem mais delongas, renovando os cumprimentos, tem a palavra o Sr. Major Vasco Brazão.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão** (Polícia Judiciária Militar): — Boa tarde, Sr. Presidente da Comissão e Srs. Deputados: O furto ocorrido nos Paióis Nacionais de Tancos foi um acontecimento de extrema gravidade.

Neste momento, com as informações já recolhidas, podemos facilmente concluir que a prevenção falhou, mas, em nossa opinião, não devemos retirar conclusões precipitadas sobre o que de facto aconteceu no antes, no durante e no após o furto, bem como na própria recuperação do material furtado.

Muitos foram os intervenientes e há que analisar com cuidado toda a informação que ainda será recolhida, pois só depois de ela ser coligida se poderão retirar conclusões que se esperam proficuas para a melhoria de todo um sistema. Na nossa opinião, a investigação do furto e das circunstâncias em que este ocorreu devia ter sido confiada e mantida na Polícia Judiciária Militar (PJM), que é o órgão competente para o efeito.

Recordemos que estamos perante crimes estritamente militares, devidamente tipificados no Código de Justiça Militar: em primeiro lugar, e desde logo, o furto de material de guerra, previsto e punido de acordo com o artigo 83.º; em segundo lugar, a entrada ilegítima em instalação militar, previsto e punido de acordo com o artigo 70.º; em terceiro lugar, o dano em bens militares ou de interesse militar, previsto e punido de acordo com o artigo 79.º; em quarto lugar, a corrupção ativa e a corrupção passiva para ato ilícito, previstas e punidas de acordo com os artigos 36.º e 37.º; em quinto lugar, a revelação de segredos, prevista e punida de acordo com o artigo 35.º; em sexto lugar, o abandono de posto, previsto e punido de acordo com o artigo 66.º; em sétimo lugar, atos que prejudicam a circulação ou a segurança, previstos e punidos de acordo com o artigo 69.º; em oitavo lugar, o incumprimento dos deveres de serviço, previsto e punido de acordo com o artigo 67.º; em nono lugar, a insubordinação por desobediência, prevista e punida de acordo com o artigo 87.º

Ora, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro, «é da competência específica da Polícia Judiciária Militar a investigação dos crimes estritamente militares», norma essa que estabelece ainda que é da competência reservada da Polícia Judiciária Militar «a investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares».

Não foi essa a decisão que veio a ser tomada pela então Sr.^a Procuradora-Geral da República, que colocou a Polícia Judiciária Militar apenas como entidade coadjuvante da Polícia Judiciária (PJ) na investigação dos crimes em causa. Foi ainda determinado que o processo que tinha sido instaurado na Polícia Judiciária Militar fosse apensado ao da Polícia Judiciária, o que também não respeita o artigo 113.º do Código de Justiça Militar.

Todavia, cabendo o exercício da ação penal ao Ministério Público, obviamente, não questiono a legitimidade da, então, Sr.^a Procuradora-Geral da República ao determinar o que determinou, sem prejuízo de deixar sublinhado que isso causou, naturalmente, mal-estar na Polícia Judiciária Militar, quer no seu Diretor quer no corpo de militares que nela prestam funções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esperamos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja produtiva para que, através das suas conclusões e propostas, possamos todos melhorar um sistema que falhou e que continua a falhar.

As Forças Armadas não podem nem devem servir de arma de arremesso na luta partidária, o que esperamos que não aconteça no âmbito desta Comissão Parlamentar.

Tenho todo o gosto em estar presente nesta Comissão Parlamentar para responder pelos atos que foram da minha responsabilidade, mas, sendo arguido no processo-crime que está pendente e estando sujeito a uma medida

de coação de obrigação de permanência na habitação, tive de solicitar autorização ao Sr. Juiz de Instrução para aqui me deslocar, a qual me foi concedida, embora restringindo o âmbito das minhas declarações ao que não ponha em causa o segredo de justiça, como está exarado no documento já entregue ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar.

Estou ao serviço de Portugal nas Forças Armadas desde setembro de 1992, momento em que iniciei o Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, no âmbito do serviço militar obrigatório (SMO). Em 1993, concorri à Academia Militar, onde, em 1999, me licenciiei em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria.

A minha carreira militar foi quase sempre ligada à segurança militar. Desempenhei funções de comando de pelotões e esquadrões, quer de formação, quer operacionais, da Polícia do Exército. Fui Diretor do 1.º Curso de Proteção Pessoal, Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança (SOIS), bem como Oficial de Logística, funções exercidas no Regimento de Lanceiros n.º 2.

Servi Portugal em quatro missões internacionais.

Nos anos de 2001 e 2002, estive 13 meses em Angola, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, como assessor militar do Regimento de Polícia Militar, em Luanda.

Vozes impercetíveis.

Assim não me consigo concentrar.

No ano de 2005, estive sete meses no Kosovo, na Kosovo Force (KFOR) da NATO (North Atlantic Treaty Organization), como Oficial de Ligação.

No ano de 2011, estive seis meses no Afeganistão, como Oficial de Operações Correntes, na International Joint Command (IJC) da ISAF (International Security Assistance Force), em Cabul.

Recentemente, estive sete meses na República Centro-Africana, na missão de treino militar da União Europeia, em Bangui, onde iniciei funções como formador na área da logística e, depois, assumi as funções de Oficial de Operações da Missão.

No ano de 2013, concorri à Polícia Judiciária Militar, onde desempenhei funções de investigador chefe de equipa, porta-voz da instituição e seu representante na reunião mensal de coordenação de segurança militar.

Durante os quatro anos de permanência na Polícia Judiciária Militar, dirigi mais de 100 investigações, na esmagadora maioria com sucesso, relativamente ao apuramento dos factos pertinentes, e com dedução das acusações, quando elas se justificavam. Os processos que a minha equipa investigou foram relevantes para o regular funcionamento das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) e trabalhámos na dependência direta do Ministério Público, sempre numa leal e franca dependência e colaboração.

Quanto à cooperação com os diferentes órgãos de polícia criminal, a relação foi sempre profícua e de grande respeito institucional e pessoal, designadamente com a Polícia Judiciária, instituição que prezo, respeito e admiro. Os crimes estritamente militares afetam a defesa nacional e todos os outros crimes consagrados no Código Penal que ocorram dentro de uma instituição militar estão diretamente relacionados com a segurança, a disciplina ou a hierarquia, pilares fundamentais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

A Polícia Judiciária Militar e o Código de Justiça Militar são ferramentas do Estado extremamente importantes para o regular

funcionamento das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana. Não o reconhecer é não compreender as necessidades das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana e aquilo que representam.

As Forças Armadas e a Guarda Nacional Republicana estão organizadas, equipadas, formadas e treinadas para atuarem nos mais complexos cenários, sendo a Polícia Judiciária Militar o único órgão de polícia criminal que tem a necessária estrutura e competência para neles atuar, seja em território nacional seja no estrangeiro.

Para o desempenho das minhas funções, frequentei diversos cursos militares e civis, sendo que, para o presente caso, é importante referir que, ao contrário do que nesta Comissão já foi afirmado, a formação na Polícia Judiciária é de alta qualidade.

A minha vida tem sido sempre regida por padrões éticos e pelo cumprimento dos meus deveres como militar e cidadão. Desde que fui constituído arguido neste processo, tenho sido caluniado e a minha vida tem sido objeto de uma devassa que procura denegrir a minha imagem e a credibilidade das investigações que dirigi e, acima de tudo, criar desconfiança em relação àquilo que afirmei ou poderei vir a declarar, em pleno processo. Não me calarão. Contarei tudo aquilo que sei, doa a quem doer. Assumo os erros cometidos e não faltarei à verdade.

Indo agora ao processo relativo ao furto que ocorreu em Tancos, quando o furto ocorreu, não fiquei afeto a essa investigação e não participei na sua fase inicial. Quando o processo foi atribuído à Polícia Judiciária, ficando a Polícia Judiciária Militar como entidade meramente coadjuvante, encontrava-me de férias e só regresssei ao serviço a 17 de julho. Quando regresssei, o Diretor da Polícia Judiciária Militar pediu-me que participasse na investigação, o que aceitei, mas sem que isso pusesse em causa a liderança do Sr. Capitão João Bengalinha. Só vim a ficar encarregado da investigação

no princípio de outubro, o que não aconteceu a meu pedido, mas por determinação superior.

Durante o tempo em que estive ligado a esta investigação, a Polícia Judiciária nunca nos prestou qualquer informação acerca do desenvolvimento da investigação e nunca aceitou qualquer proposta de investigação apresentada pela Polícia Judiciária Militar, nomeadamente pelo Capitão João Bengalinha. A Polícia Judiciária Militar cumpriu os pedidos que lhe foram formulados pela Polícia Judiciária, que se limitaram à inquirição de pessoas ligadas aos paióis de Tancos e a alguma documentação.

Neste contexto difícil, de falta de cooperação entre Polícia Judiciária e Polícia Judiciária Militar, a Direção da Polícia Judiciária Militar entendeu que esta polícia devia continuar a investigar as pistas que a pudessem levar à recuperação do material de guerra furtado.

Foi neste quadro que chegou à Polícia Judiciária Militar uma informação proveniente de militares da GNR, no sentido de que haveria um informador que estaria na disposição de colaborar na recuperação desse material de guerra, levando-nos ao sítio onde ele estaria. A hierarquia da Polícia Judiciária Militar entendeu que esta hipótese de investigação devia ser por nós acompanhada, não sendo necessário comunicá-la ao Ministério Público e à Polícia Judiciária, o que desde já assumo ter sido um erro que não devia ter acontecido.

Foi assim que eu e muitos outros militares da PJM acompanhámos essas diligências, sem nunca nos termos encontrado com o referido informador, mas recebendo informação acerca da sua disponibilidade para nos levar à recuperação do material de guerra furtado, muito embora essa intenção tivesse sofrido avanços e recuos. Esta ação foi determinada e controlada pelo Diretor da Polícia Judiciária Militar, sendo ainda do conhecimento do Diretor da Unidade de Investigação Criminal e do Coordenador da Polícia Judiciária Militar no Porto.

No dia 18 de outubro de 2017, soubemos que o informador nos iria levar ao local onde supostamente poderíamos encontrar o material de guerra furtado. Fomos instruídos pela hierarquia para não revelar este evento a ninguém, a não ser após a recuperação do material de guerra, se ela viesse a ocorrer, porque isso poderia pôr em causa o sucesso da operação. Nunca prometemos nada ao informador, nem alguma vez nos comprometemos a que a autoria do furto não fosse investigada.

É certo que não participámos previamente a possibilidade desse achamento ao Ministério Público e à Polícia Judiciária, o que, como já assumido, foi um erro. Não tenho dúvidas de que isso foi determinado pela necessidade de assegurar a eficácia da operação e com o único objetivo de não a comprometer. O Diretor da Polícia Judiciária Militar estava muito empenhado em salvaguardar o sucesso da investigação e o prestígio da Polícia Judiciária Militar, estabelecendo para esse efeito contactos ao mais alto nível.

O certo é que, tendo assim ocorrido as coisas, tornou-se necessário encenar um quadro que não revelasse a forma como tínhamos chegado ao material de guerra, o que levou a hierarquia da Polícia Judiciária Militar a determinar que fosse encontrada uma forma de o escamotear. Foi por isso que a realidade do que efetivamente aconteceu não foi publicamente narrada nem participada ao Ministério Público.

Todavia, o Diretor da Polícia Judiciária Militar, numa diligência em que foi acompanhado por mim, comunicou ao então Sr. Ministro da Defesa, na presença do seu Chefe de Gabinete, que o aparecimento do material de guerra não ocorrera da forma como tinha sido publicitada mas, sim, através de um informador.

O Sr. Ministro não deu ao Sr. Diretor qualquer instrução no sentido de alterarmos a nossa conduta nem de participarmos a ocorrência ao Ministério Público.

O Sr. Diretor comunicou-nos que, a partir desse momento, deveríamos aguardar.

A minha participação no processo de recuperação do material de guerra furtado foi assim limitada, participando nalgumas diligências, no quadro da informação proveniente da GNR, o que sempre foi reportado à hierarquia e correspondeu ao quadro traçado pelo Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar.

A Polícia Judiciária Militar cometeu o erro de não ter participado ao Ministério Público aquilo que se estava a passar, e eu, na parte em que nisso participei, assumo o erro, mas nunca atuámos com outro propósito que não fosse o de assegurar a recuperação do material de guerra porque isso era o que ditava o superior interesse do País e das Forças Armadas.

Apesar desse erro, sei que agi de boa-fé. Como diz um provérbio popular, «a verdade é como o azeitem, vem sempre ao de cima.»

Sr. Presidente e Srs. Deputados, termino citando Bertolt Brecht: «aquele que não conhece a verdade é simplesmente um ignorante, mas aquele que a conhece e diz que é mentira, é um criminoso.»

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos que, como referi, iniciará a inquirição, queria apenas dar nota de que, como foi referido pelo Sr. Major depoente, me foi feito chegar e juntarei aos autos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, obviamente, o despacho do Meritíssimo Juiz de Instrução Criminal de Lisboa que autoriza a deslocação do Sr. Major, que, como é conhecido, está sujeito à medida de coação de obrigação de permanência na habitação, a deslocar-se a esta Comissão de Inquérito, acumulados dois pressupostos: o primeiro de que o mesmo pretende efetivamente prestar declarações, o que já manifestou, e, segundo, que tal não ponha em causa o segredo de justiça em vigor.

Sendo certo que o Sr. Major, no processo, não é testemunha mas arguido, pelo que lhe assistem uma série de direitos, na verdade, vou alertando as Sr.^{as} e Srs. Deputados para o teor do Parecer n.º 4/2015, do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, que refere que em reunião não pública de uma comissão de inquérito os depoentes não podem invocar o segredo de justiça a que estão sujeitos por força de processos pendentes em Portugal para depor sobre factos.

Portanto, esta é uma questão para a qual, no decorrer desta inquirição, peço a compreensão dos Srs. Deputados, nos termos que, aliás, referimos antes de iniciar esta reunião.

Feito este introito, Sr. Deputado João Vasconcelos, a palavra é sua.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, queria cumprimentar o Sr. Major Vasco Brazão, os Srs. Advogados e todos os presentes.

Sr. Major, estamos numa Comissão cuja finalidade é apurar as consequências e as responsabilidades relativas ao furto de Tancos.

Sr. Major, no dia 28 de junho de 2017, quando ocorreu o furto, e no dia 18 de outubro do mesmo ano, onde se encontrava e que funções desempenhava na PJM (Policia Judiciária Militar)?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, no dia 28 de junho estava na Policia Judiciária Militar. Era Investigador Chefe de Equipa, porta-voz e representante na reunião de Segurança Militar. E no dia 18 tinha as mesmas funções.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Major, não obstante já ter feito um relato de certa maneira pormenorizado, gostaria que me respondesse de

forma mais específica sobre quais as funções que desempenhou ao serviço da Polícia Judiciária Militar.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, já respondi a essa pergunta. Fui Investigador Chefe de mais de 100 investigações, 100 processos, porta-voz da PJM, representante na reunião de segurança militar, que ocorre no Estado-Maior General das Forças Armadas, e é tudo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quando é que entrou para a Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Também já respondi a essa pergunta. Foi em 2013.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Major, logo a seguir ao furto, os investigadores da PJM deslocaram-se a Tancos, liderados pelo Capitão João Bengalinha, onde foram interrogar alguns militares.

Nesses interrogatórios, segundo tive conhecimento, os investigadores terão ouvido dizer que, e passo a citar, «esta noite ninguém faz rondas» e que «vocês não abrem a boca», o que teria sido dito por um sargento responsável pelas rondas.

O Capitão Bengalinha teria querido interrogar esse sargento mas o Sr. Coronel Manuel Estalagem, que era o Diretor da Unidade de Investigação Criminal da PJM, não terá querido avançar sozinho e contactou a Polícia Judiciária. Na altura, soubemos também que o Diretor da Unidade de Combate ao Terrorismo, Dr. Luís Neves, que é hoje o Diretor da Polícia Judiciária, considerou também extemporâneo avançar para o terreno com essas investigações, com esse interrogatório.

O Sr. Major teve conhecimento destes procedimentos?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Tive conhecimento desses procedimentos quando cheguei de férias a Portugal, no dia 17 de julho.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E sabe quais foram os verdadeiros motivos para o Sr. Coronel Manuel Estalagem não querer avançar para o interrogatório, efetivamente, logo nessa altura? Por que razão não quis também a Polícia Judiciária avançar para essas investigações?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não sei. Tem de perguntar ao Sr. Coronel Estalagem e ao atual Diretor da Polícia Judiciária.

Eu não estava presente e, depois, foi um facto que não quis saber, na altura, porque não entendi relevante, quando entrei na investigação. Portanto, não sei.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, como se sabe, o Sr. Coronel Manuel Estalagem era o Diretor da Unidade de Investigação Criminal da PJM de Lisboa, que, a par do Coordenador da Unidade de Investigação Criminal da PJM do Porto, era quem assinava as guias de marcha para os operacionais da Polícia Judiciária Militar poderem circular pelo País para fazerem investigações. Confirma que era assim?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Confirmo que é assim, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Recebeu também alguma guia de marcha para levar a cabo as investigações ao furto de Tancos?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Várias.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Confirma que recebeu.

Sr. Major, no dia 4 de julho de 2017, a Procuradoria-Geral da República fez sair um comunicado, como sabemos, que veio a público, em que suspeitava da prática de associação criminosa, de tráfico internacional de armas, de terrorismo internacional.

Considerou normal ou ficou descontente com o facto de a Polícia Judiciária passar a liderar a investigação e a partir de que momento é que começou a liderar a investigação? Foi a 4 de julho ou foi antes?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Quando começou de facto não sei, não estava em Portugal. Soube desse facto *a posteriori*, quando cheguei a Portugal.

Na Polícia Judiciária Militar não acredito que haja um elemento que tenha ficado contente com essa decisão.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. Major ficou descontente e sua perceção é que dentro da Polícia Judiciária Militar houve também descontentamento pelo facto de a PJ passar a conduzir a investigação, não obstante ser coadjuvada pela Polícia Judiciária Militar.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — É correto, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Major, de acordo com o que veio a público, sabemos que o alegado cabecilha, o cérebro do roubo a Tancos, terá sido um ex-fuzileiro, de nome João Paulino. Como não terá conseguido escoar o material, teria apanhado medo e resolveu devolver o material, ou pelo menos parte do material que restava e que, pelos vistos, se encontrava escondido num terreno da sua avó, na Chamusca. Em agosto de 2017 encontrou-se com um amigo, o Sargento Bruno Ataíde, da GNR de Loulé,

dizendo que estava disposto a devolver esse material desde que a sua identidade não fosse revelada, desde que não fosse perseguido.

Por sua vez, aquele militar da GNR transmitiu estas informações ao Comandante do Posto, o Sargento Lima Santos, que, por sua vez, contactou o Sargento Mário Lage de Carvalho, que anteriormente era da GNR mas que estava destacado na Polícia Judiciária Militar do Porto, e este relatou, efetivamente, ao Sr. Major Pinto da Costa que, por sua vez, teria confirmado essas informações ao Sr. Major Vasco Brazão.

Confirma tudo isto?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não confirmo nada disso. Nem desminto nem confirmo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, não diz nem que está certo nem que está errado?

Pausa.

Passo a repetir. Confirma ou não a informação da parte do Sr. Major Pinto da Costa, ou de alguém, de que um dos principais assaltantes aos Paióis Nacionais de Tancos estava na disposição de entregar o material roubado desde que nada lhe acontecesse? Portanto, não confirma nem infirma?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Essa matéria está em segredo de justiça e, portanto, não posso revelar ...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pode, pode!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — ... à porta aberta. À porta aberta não posso. Convém que oiçam antes de responder... À porta aberta não posso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Major, poderemos continuar com as perguntas e depois...

Mas penso que o Sr. Presidente é que deverá proferir algum esclarecimento relativamente a esta matéria. Posso continuar com as perguntas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que fui claro no início da reunião. Como reiterei no início, quando houver um requerimento para que a inquirição prossiga à porta fechada, ele será objeto de votação e presumo que seja aprovado. Até que alguém o requeira, estamos neste registo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Major, tivemos aqui, numa audição, o Sr. Coronel Manuel Estalagem e também o Capitão João Bengalinha. Soubemos que o Sr. Capitão João Bengalinha, que liderava as investigações, terá sido pressionado, terá sido obrigado a ir de férias. Sabe em que data o Sr. Capitão João Bengalinha foi de férias, de forma concreta?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, a data concreta não sei mas julgo que foi a 6 ou 7 de julho — foi por aí. Uma sexta-feira, 6 ou 7 de julho, mas não sei.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quem passou a liderar efetivamente as investigações?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Quando?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A partir do momento em que o Capitão João Bengalinha foi de férias alguém teria de tomar o seu lugar, com certeza.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Foi a Subtenente Ana Sousa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, não foi o Sr. Major que tomou o lugar do Sr. Capitão João Bengalinha?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não. Eu estava de férias.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. Major estava de férias na mesma altura.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Apresentei-me a 17 de julho.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Coronel Manuel Estalagem também disse aqui que foi ultrapassado pelo Sr. Major, acusou-o mesmo de ter exacerbado as suas funções Confirma estas declarações do Sr. Coronel?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isso é falso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Confirma que teria recebido, no dia 17 ou 18 de outubro, à partida veio a público que teria sido no dia 18, um telefonema, ou melhor, que telefonou ao Sr. Coronel Estalagem dizendo que havia uma caixa de granadas à vista num baldio da Chamusca e que lhe sugeriu para telefonar ao Major Pinto da Costa a informá-lo do sucedido,

mas que, afinal, já tinham tudo combinado, o Sr. Major Vasco Brazão e o Sr. Major Pinto da Costa.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Confirmo que estava combinado também com o Sr. Coronel Estalagem.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero agradecer, obviamente, a presença do Sr. Major Vasco Brazão, a quem cumprimento, bem como aos seus ilustres advogados.

Começo também por agradecer os esclarecimentos que já nos deu e que penso que foram de grande utilidade para os nossos trabalhos.

O nosso trabalho é o da avaliação dos acontecimentos de Tancos, designadamente a sua relevância do ponto de vista político. É para isso que serve uma comissão de inquérito parlamentar.

Sr. Major, partindo do que acaba de dizer em resposta ao Sr. Deputado João Vasconcelos, o Sr. Capitão Bengalinha, quando aqui foi ouvido, disse-nos que o Sr. Major se tinha recusado a transmitir-lhe toda a informação relativa a diligências que tinham sido feitas no Algarve, presumo, no final do mês de agosto, ou seja, quando ele próprio regressou de férias e que isso teve a ver com a decisão de ele se afastar deste mesmo processo. Confirma ou desmente este facto? E que esclarecimentos nos pode dar?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isso não é verdade, Sr. Deputado. Agradeço a pergunta, mas isso não é verdade.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Ou seja, pura e simplesmente, não se recusou a dar-lhe nenhuma informação em relação às diligências que tinha feito entretanto.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não. Foi sempre informado de tudo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Major, não vou entrar em discussão teórica sobre a sua posição, não é esse o nosso objeto, mas, das suas declarações, deduz-se muito obviamente, e o Sr. Major assumiu, uma certa tensão, uma certa discordância entre a atuação da PJM e da própria PJ.

Do seu ponto de vista, essa tensão esteve sempre presente, aconteceu a partir de determinado momento, como é que ela se refletiu na sua ação e no trabalho que estava a tentar desenvolver?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Essa tensão existiu sempre no seio da Polícia Judiciária Militar.

Com maior ou menor influência em alguns militares, mas era uma questão que estava sempre presente, até porque o Sr. Diretor-Geral sempre nos comunicou que estava a tratar ao mais alto nível a questão das competências. Isto para não nos preocuparmos com as diligências que estávamos a desenvolver paralelamente, diligências essas de que o Sr. Capitão Bengalinha teve sempre conhecimento e, inclusive, mandou fazer.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Major, o que é que é «o mais alto nível»?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Era o que ele nos transmitia: «ao mais alto nível». Terá de lhe perguntar a ele, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Perguntarei, seguramente.

Sabemos que, para além disso, havia outro tipo de diligências, também com algum nível elevado de disputa jurídica, dentro da conexão de que nos falou também.

Sabe o que é que foi pedido e o que é que foi feito nesse sentido para sustentar a posição jurídica da PJM?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, eu, em agosto, também tive um período de férias, duas semanas, salvo erro, intervaladas. Portanto, quando cheguei de férias fui surpreendido, surpreendido no sentido de que soube que tinha sido pedido esse parecer e pedi, inclusive, para mo enviarem por *e-mail* para eu ter conhecimento. Esse parecer foi utilizado pelo Sr. Diretor-Geral para, baseando-se nele, fazer também uma informação ao Sr. Ministro da Defesa, mostrando o seu descontentamento de uma forma mais baseada na lei, digamos assim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Um parecer emitido por...?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sei que o parecer foi... Não sei se foi solicitado diretamente ou se foi por interposta pessoa, mas quem o fez chegar à Polícia Judiciária Militar foi o Sr. Capitão João Bengalinha. O parecer, e tenho-o aqui, foi do Dr. Rui Pereira.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, pedia, sem contagem de tempo, se fosse possível, ao Sr. Major para entregar, se assim o entender, esse parecer o Comissão para que pudesse constar dos nossos

autos, uma vez que não dispomos dele e que me parece que pode ser um dado interessante.

Retomando a inquirição, queria dizer que, desde o início, o Sr. Ministro da Defesa estava informado dessa posição da PJM e das resistências que a PJM tinha à interpretação jurídica que, de resto, o Sr. Major, de alguma forma, voltou a sustentar quanto às competências e quando nos diz, «intrusão em estabelecimento militar...» Bem, não vou repetir tudo...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Desde quando é que o Sr. Ministro sabe desta insatisfação, não consigo dizer, até porque não estava cá.

Mas, sim, foi logo desde o início. Logo, quer dizer, o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar não gostou, mas quando é que informou o Sr. Ministro não sei!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas sabe que informou?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, sim. Sei que fez um parecer, quer dizer, não foi um parecer, mas utilizou isso para fazer um memorando, uma exposição...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Uma exposição, no fundo.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — ... sobre a situação.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Outra questão, Sr. Major: viemos a saber aqui, temos vários depoimentos que nos dizem que existiria, desde abril, uma denúncia anónima, ou não, vinda de um informador, ou não. Enfim, não é tão claro como isso, mas disseram que existia uma denúncia em relação àquilo que veio a acontecer uns meses depois e que ela seria do

conhecimento, pelo menos, da Polícia Judiciária, designadamente do responsável pelo combate ao terrorismo, na altura, o Dr. Luís Neves que teria transmitido ao Major Pinto da Costa.

O que é que lhe pergunto? Quando é que teve conhecimento disso, se é que teve, e que tipo de conversa teve, se é que teve, designadamente com o Major Pinto da Costa sobre essa matéria?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, nunca tive conhecimento disso, a não ser quando isso foi público.

Relativamente ao Sr. Major Pinto da Costa saber disso ou não, acredito piamente que não. Conheço o Sr. Major Pinto da Costa desde 1993. Somos do mesmo curso de Cavalaria e estivemos juntos, chumbámos um ano na Academia, portanto, em vez de cinco, seis anos quase 24/24 horas. Tivemos o curso de promoção a capitão juntos, o curso de promoção a oficial superior juntos e estivemos no Kosovo sete meses juntos. Para além disso, somos amigos pessoais e as nossas famílias são visita de casa uma da outra.

Não acredito, aliás, quem o conheça, mesmo superficialmente, percebe que ele nunca iria conter essa informação para ele, sem a divulgar. Isto porque ele é daquelas pessoas que não é capaz de estar quieto: quando tem uma informação vai buscá-la.

Falo com ele... Falava, agora não posso, falava quase diariamente com ele e seria impossível ele ter essa informação e não a passar.

Na Polícia Judiciária Militar nunca ninguém ouviu e a mim, que falava com ele, nunca me falou sobre isso. Portanto, não acredito que tivesse recebido essa denúncia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Major, pode descrever-nos sumariamente o seu envolvimento neste procedimento, enquanto investigador? Como é que teve conhecimento? Que contactos teve com o

suposto informador, se é que teve? Como é que foi a sua ação no âmbito deste processo?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Relativamente ao informador, nunca estive com ele. Em relação à minha ação no processo, fiz algumas diligências. Pormenorizadamente poderei falar à porta fechada, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Deixaremos, então, mais para a frente, essa matéria.

Queria perguntar-lhe sobre outra questão que é, na minha opinião, de alguma relevância para esta Comissão que é sobre o célebre memorando. Não desse de que já falámos antes e sobre o qual já chegámos, graças ao seu depoimento, à conclusão de que existe, que o tem e que vamos dispor dele hoje mesmo, mas sobre o memorando que teria sido entregue já numa fase final, até, posterior, ao achamento, à encenação, consoante a expressão que quisermos usar. Tratava-se de um memorando, informando...

A minha primeira dúvida, e digo-lhe sinceramente, é se estamos perante um ou dois documentos. Sabemos que foi entregue — não sei se na sua companhia — ao Sr. Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, penso eu, uma espécie de fita do tempo, por assim dizer. Ou seja, foi entregue um documento do Sr. Coronel Luís Vieira, Diretor da PJM, em que ele fez um reporte do que é que aconteceu.

Depois, supostamente, haverá outro memorando que teria informações sobre como é que isto se movimentou e porquê. Quantos memorandos existem? De quantos tem conhecimento?

O Sr. Major já veio publicamente dizer... O Sr. Chefe de Gabinete também já veio admitir que há um documento. De que documento estamos a falar? E, de preferência, quando é que ele foi entregue?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, exatamente quando, não me recordo. Naturalmente foi depois do furto, como é óbvio...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O mês, já não é mau!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Julgo que terá sido em novembro, mas não consigo precisar. Talvez em novembro, princípio de dezembro, não consigo precisar.

Não é nenhum memorando, é um documento onde é descrito, de uma forma muito sumária, o desenrolar dos acontecimentos, muito parecido àquilo que ocorre... Mas muito sumário, aquilo é muito sumário.

É um documento muito parecido com o que aconteceu!

Portanto, o que o Sr. Ministro soube foi que trabalhámos com um informador e que aquilo que foi dito publicamente e ao Ministério Público não foi exatamente aquilo que aconteceu.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, algures em novembro, o Sr. Ministro da Defesa Nacional terá tido a informação de que teria existido uma discrepância entre o que foram os factos relatados ao Ministério Público e, efetivamente, aquilo que teria sido feito e de que o Sr. Major, de alguma forma, já assumiu as razões, não vou inquiri-lo sobre isso.

Já assumiu ter sido um erro e é objetivamente um erro, Sr. Major, porque não era essa a determinação da Procuradora-Geral da República e era a ela que cabia decidir, independentemente de qualquer outra interpretação, como seria feito.

Esse documento é o que é transcrito na imprensa, designadamente no jornal *Expresso*?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não confirmo isso. Nem desminto! Não confirmo, nem desminto essa... Até porque... Mas vou dizer-lhe porquê!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas viu o jornal na altura?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Se eu o ler agora, já não me recordo pormenorizadamente do que é que foi escrito naquele documento, porque foi escrito há já muito tempo e nunca mais o li!

Perdi-lhe o rasto e se o ler agora... Não vi... Quando o entreguei, entreguei-o já... Quando é que o entregámos no Tribunal? Já não me recordo.

Portanto, corro o risco de estar a dizer que é igual e não ser! Mas, naturalmente, será parecido. Tem coisas que julgo...

Ontem ou anteontem, quanto estive aqui o Sr. Coronel Estalagem falou de algumas coisas...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É desse que estou a falar!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Pronto, posso comentar o que ouvi o Sr. Coronel Estalagem dizer relativamente ao documento, porque não li — se mo quiserem emprestar, poderei ver...

Mas ele disse que havia ali uns explosivos, qualquer coisa... Nem percebi muito bem o que estava ali!

Bem, o Sr. Coronel Estalagem teve conhecimento desses explosivos, porque esses explosivos foram uns que apareceram em Olhão, sobre os quais fomos informados por alguém do Algarve. Não sei se foi a GNR de Loulé, mesmo, ou se foi outra GNR, não me recordo, que nos informou de que tinham aparecido esses explosivos na capitania do porto, salvo erro, de Olhão.

Falei com o comandante de Olhão — isto é para termos uma noção do que se passou também na investigação, julgo que é importante para os Srs. Deputados perceberem —, telefonei ao comandante da capitania do porto de Olhão e perguntei: «Sr. Comandante, ouvi dizer que apareceram por aí uns explosivos, será que isso é militar ou não é? Vocês não nos informaram...» E ele disse: «Não. Contactámos a Polícia Judiciária de Faro, salvo erro, vieram uma data de investigadores de Lisboa, julgo, e portanto isso ficou com eles».

A Polícia Judiciária não nos tinha informado de nada. Portanto, isto já foi alguns dias depois desse aparecimento. E eu disse-lhe: «Ok, então, vamos fazer o seguinte: vou fazer um *e-mail* formal, porque recebi esta informação e quero remeter uma resposta formal».

Dei conhecimento dessa informação ao Sr. Coronel Estalagem e ao Sr. Diretor-Geral, portanto, estranho que não saiba dos explosivos.

Relativamente à outra questão que ele comentou, julgo que, perante o que eu já disse aqui, em relação à minha ligação ao Major Roberto Pinto da Costa, que é quase como se fosse um irmão, era impensável que, se necessitasse dele para alguma coisa, tivesse de ligar ao coronel para ele me dar uma ordem. É algo que quem estivesse a assistir àquilo que o Sr. Coronel disse, sabia que é impossível. Aquilo é impossível! Portanto, a estar escrito nesse tal documento, isso é impensável!

Isto porque, se lhe ligasse agora — não posso! — a dizer que preciso «preciso de ti aqui na Assembleia da República», ele não queria saber por que razão era necessário vir, ele vinha. Quanto mais numa investigação criminal, em que estávamos à procura de material perigosíssimo.

Portanto, aquela narração, de que eu liguei ao Sr. Coronel porque ele é mais antigo e eu não podia dar uma ordem, isso não lembra a ninguém.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Voltando um pouco atrás, o tal resumo temporal dos factos, por assim dizer, é de 20 de outubro, pelo que sustenta-nos a ideia de que esteve presente nessa entrega, ou não? Isto quando o Sr. Coronel Luís Vieira terá entregado ao Chefe de Gabinete...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, não estive presente. Mas colaborei necessariamente para a elaboração dessa fita do tempo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, o memorando é posterior a essa fita do tempo?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, Sr. Deputado. Julgo que foi novembro, princípios de dezembro — não consigo precisar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Se é claríssimo que são duas coisas diferentes, é claríssimo.

Não tem cópia desse memorando? Não guardou cópia, não ficou com cópia?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Peço desculpa, da fita do tempo?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não, do segundo documento, do memorando.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu tenho cópia, mas não sei se posso entregá-la. E nem sequer a tenho aqui.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não sabe se pode entregar em função da...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Porque entreguei no Ministério Público...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, estará no âmbito do processo.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Se puder, eu entrego.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Em informações várias que têm vindo a público tem havido um pouco a ideia de que teria havido entre esta ação que o Sr. Major procurou fundamentar na intenção de recuperação do material algum tipo de parceria com o tal informador, que, por sua vez, teria alguma ligação aos assaltantes, presumindo que não era ele próprio um deles.

Mas teria também havido aqui várias ameaças, inclusivamente dirigidas à sua família, e essas ameaças poderiam ter condicionado ... Isto tem algum fundamento? Não tem nenhum fundamento? É especulação jornalística?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Tem de perguntar isso a quem escreveu a capa do *Sol*, porque eu nunca fui ameaçado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Nem teve conhecimento de quaisquer ameaças...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, não. E também estará a ser tratado com uma queixa-crime.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem.

Sr. Major, o senhor, no entanto, acompanhou toda esta fase final da operação de recuperação e, no próprio dia, esteve lá, na Chamusca, acompanhou isto e conduziu, de alguma forma, esta operação. Ou não?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu não conduzi, mas estive presente. Estive presente, ao mesmo tempo que esteve o Diretor-Geral. E, quando está um diretor-geral, quem conduz é ele, naturalmente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E, de alguma forma, também acompanhou esta situação em que a Polícia Judiciária terá sido barrada em Santa Margarida e impedida de ter acesso ao material e de ter conhecimento. Sabe alguma coisa sobre isso? Pode dizer-nos alguma coisa sobre isso?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu até agradeço a pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — As perguntas são sempre perguntas. As respostas é que podem ser interessantes, ou não.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — As respostas são tanto mais interessantes quanto melhor for a pergunta.

Relativamente a essa questão, eu estava nos paióis de Santa Margarida, a recolher as informações — aliás, nem era eu que estava a recolher, era o laboratório — e, depois, fizemos uma pausa para o almoço e, ao contrário do que aqui foi dito pelo Sr. Coronel Estalagem, nunca dormi, nem nunca comi em nenhuma instalação militar, quando estava em investigação, exceto num dia, em Tancos, quando tivemos de lá ficar uma noite. Porque, de resto, procurei sempre ter distanciamento para nunca ter

qualquer problema quando tivesse de investigar essa Unidade, para nunca dever favores a ninguém.

Portanto, com grande dificuldade, até financeira, para o cumprimento das missões, sempre que fomos, seja onde for, nunca ficámos em instalação militar. As ajudas de custo não suportavam esses gastos — que isto fique claro. Portanto, o Sr. Coronel Estalagem está completamente equivocado.

E isto não era apenas a minha forma de atuar, era a da generalidade dos investigadores da Polícia Judiciária Militar.

Portanto, eu estava em Santa Margarida, quando vou almoçar com um camarada meu. Saímos dali para irmos almoçar lá fora e encontrei-me... Estava lá uma viatura da Polícia Judiciária. Para já, nem é normal estarem ali viaturas paradas à porta, mas foi isso que me chamou a atenção e pensei «o que é que está aqui a fazer uma viatura?»

E eu reconheci-os, fui ter com eles — salvo erro, um deles era o Inspetor José Luís e do outro não me recordo do nome — e perguntei o que é que se estava a passar. E eles disseram-me: «Não podemos entrar, não temos autorização para entrar, estamos a aguardar». E eu perguntei: «Mas isso vai demorar? É rápido?» E eles disseram-me: «Eh pá, não sei, não sei se tem de vir o documento de Lisboa. Não sei.» E eu disse: «Eu vou almoçar, se vocês quiserem vir comigo, eu levo-os à Chamusca, onde o material apareceu, para adiantarmos serviço, escusam de estar aqui». E assim foi.

Eu levei-os à Chamusca — à Chamusca, salvo seja, a uma região da Chamusca —, ao local onde tínhamos encontrado o material. Eles ficaram lá e eu fui almoçar.

Depois de almoço, entrei em Santa Margarida e, sinceramente, não me recordo se os vi ou não à Porta de Armas, se estavam lá ainda à espera, ou se ainda não tinham vindo do almoço, não sei. O que sei é que — eles não apareceram lá nos paióis — por volta das 15 horas e 30 minutos, me ligou o Sr. Coronel Estalagem a dizer que a Polícia Judiciária continuava a não ter

autorização para entrar, que não percebia a razão e a perguntar-me se eu podia resolver a questão. Eu disse-lhe que também não sabia qual era a razão.

E, aqui, Sr. Deputado, aproveito para fazer uma referência, que é importante no contexto, até, das coisas que aconteceram, da forma como as coisas aconteceram nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Exército tem uma entidade, uma força que é preparada para a segurança, que é a Polícia do Exército. Não é por acaso que eles foram barrados à Porta de Armas de Santa Margarida e que, se calhar, não o seriam noutra local. É que esses militares têm formação específica para a área da segurança, portanto, têm uma sensibilidade diferente. E nas Unidades militares só se entra, normalmente, de três formas: ou em trabalho, ou em visita ou ilegitimamente, como fizeram em Tancos.

Portanto, se vamos em trabalho, temos a nossa identificação. Naturalmente, eles, indo em trabalho, tinham de ter um documento que os autorizasse. É aqui que eu entendo que terão sido barrados inicialmente, mas isso não justificava que os militares à porta não comunicassem — e comunicaram com certeza superiormente — e alguém superiormente exigiu esse documento. É aquilo que depreendo.

Portanto, eu fui ao comando da Brigada, já não me recordo com quem falei, e disseram-me: «Isso são indicações que temos...» Não falei com o Sr. Comandante, naquela altura, mas disseram-me: «São indicações que temos, têm que entrar com o documento, só se tiverem o documento».

E eu falei novamente para o Sr. Coronel Estalagem — ou ele ligou-me, já não me recordo — e eu disse-lhe: «Sr. Coronel, temos aqui uma situação que é desconfortável...»

Até porque, tal como o Sr. Capitão Bengalinha aqui disse, as relações entre os investigadores eram boas, eram muito boas. Apesar de eles não partilharem informação, nós sabíamos que eles não partilhavam porque

tinham ordens para não partilhar, assim como nós fizemos coisas paralelas sem lhes comunicar. Mas a relação entre nós era boa.

Portanto, eu estava ali incomodado, porque eram indivíduos que queriam trabalhar, nós tínhamo-los chamado e eles não podiam entrar. E eu disse ao Coronel Estalagem: «Só vejo aqui uma solução, você envia-me isso por *e-mail*, eu arranjo aqui um *e-mail* da Brigada e resolvemos esta questão, se eles aceitarem».

É que é assim: se a Polícia Judiciária for a minha casa — como foram — não vão pedir-me para eu imprimir o documento em minha casa. Portanto, teria de haver ali algum bom senso e alguma boa vontade.

E eu consegui esse bom senso e essa boa vontade porque tenho lá vários camaradas de Cavalaria e conseguiu-se imprimir o documento e o Sr. Comandante recebeu esse documento e, depois, eles foram autorizados a entrar e o Sr. Comandante fez questão de ler o documento aos inspetores da Polícia Judiciária.

Portanto, tem sido veiculado que tinha sido a Polícia Judiciária Militar a barrar, mas não foi assim. Foi a Polícia Judiciária Militar que descomplicou a situação. Aliás, fui eu, através também do Sr. Coronel Estalagem, que não sei onde é que estava, se estava no DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), não sei...

Não sei se havia mais alguma questão...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não, para já, era esta.

Sr. Major, há uma tese, uma afirmação pública, de que grande parte da «irritação», digamos, da Polícia Judiciária e do próprio Ministério Público com a intervenção da Polícia Judiciária Militar teria a ver com o próprio facto de o seu Diretor, Coronel Luís Vieira, quando expôs a ideia de que havia uma denúncia — é a primeira pessoa a falar nisso publicamente —, estaria a comprometer a própria investigação.

Por outro lado, havia uma teimosia em quase manter dois processos paralelos, quando os processos deviam ter sido unificados e a condução devia ser única, por parte obviamente do Ministério Público, delegada na Polícia Judiciária, sendo a Polícia Judiciária Militar só coadjuvante.

Pode dizer-nos alguma coisa sobre isto?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, confirmo isso. Não sei o que posso dizer mais. Como já referi, eu estava de férias, nem sequer estava em Portugal. Mas, depois, quando cheguei de férias, soube dessa questão da visita.

Aliás, até posso dizer que o Sr. Diretor-Geral me ligou no dia 4 de julho, julgo que precisamente no dia da visita, no final do dia, a dizer que precisava de mim no processo de Tancos. E eu disse-lhe que estava de férias fora — e nós, às vezes, estamos de férias sem fazer nada, mas eu disse-lhe que estava de férias fora — e, portanto, não podia e que, quando me apresentasse, logo colaboraria naquilo que fosse entendido.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Também passou aqui por esta Comissão uma informação de que haveria até alguma intenção da parte do Sr. Diretor-Geral de não haver muitos documentos escritos, de as ordens serem transmitidas verbalmente. Isso era assim, ou não era, uma vez que assume — digo eu — que toda a sua atuação foi sempre sob instruções expressas do seu responsável máximo?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, assumo. Foi utilizado um processo... Foi utilizado um processo do Porto, para se fazer as diligências com base nele, mas não foi realizada nenhuma.

Vamos lá ver: eu, quando vou a uma diligência, seja ela qual for, tenho de trazer um resultado dessa diligência. Se vou fazer inquirições, trago as

inquirições e são colocadas no processo; se vou fazer uma vigilância, um pedido de informações, seja o que for, há um relatório de diligência externa que é colocado no processo.

Nesta investigação paralela, havia documentação que nós tínhamos, mas nunca foi feito qualquer relatório de diligência externa, ou de quem a fez, nem foi colocado nenhum documento em nenhum processo.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Major, o meu tempo está a esgotar-se, pelo que vou deixar-lhe só duas últimas perguntas, a uma das quais responderá, ou não responderá, fá-lo-á à porta aberta ou à porta fechada, consoante entender.

Há uma notícia, já não do *Expresso*, mas da *Visão*, nesse caso, que diz que o Sr. Major teria a perceção, a partir de certa altura, de que estava também a ser vigiado e perseguido, e que teria até usado uma expressão do tipo «isto ainda vai acabar com eles a prenderem-nos».

Confirma isto? É verdade ou é mentira? Teve essa perceção ou não teve? E, se teve, a partir de que momento?

Por último, essa informação, que assumiu aqui ter sido transmitida ao gabinete do Sr. Ministro da Defesa, foi transmitida a mais alguém, ou foi só ao gabinete do Sr. Ministro da Defesa?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, em relação à primeira questão, terei todo o gosto em responder, mas à porta fechada.

Relativamente à informação, não sei se foi transmitida a mais alguém. Sei que foi ao Sr. Ministro da Defesa, na presença do Chefe de Gabinete. Quer dizer, foi ao Chefe de Gabinete, e não diretamente ao Sr. Ministro. Mas eu não estava presente, foi pelo telefone, foi contactado via *WhatsApp*, aliás, até do telefone do Chefe de Gabinete.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Contactado o Sr. Ministro, via telefone?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, sim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, agora já não estou a questionar o Sr. Major; para já, só tenho de lhe agradecer, mas gostaria de saber o seguinte: agora, vamos continuar com as perguntas dos restantes grupos parlamentares e só depois é que passamos às perguntas à porta fechada, não é verdade?

Por nós, não há qualquer inconveniente.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado. Seria um princípio elementar de igualdade de tratamento, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Por isso, merece a nossa concordância, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Deputado Telmo Correia e aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Major Brazão.

Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, através do Sr. Deputado Jorge Machado, que igualmente saúdo e a quem concedo a palavra nos mesmos termos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento-os.

Sr. Major, a determinada altura, na sua declaração inicial, o Sr. Major refere que há um antes, um durante e um após o furto. Refere «circunstâncias antes do furto». O que é que quis dizer com isto?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, o antes do furto é o conhecimento que houve e o tratamento que foi dado a esse conhecimento de um eventual planeamento de um assalto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O que é que sabe sobre isso?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Aquilo que eu sei é aquilo de que me informaram na Polícia Judiciária Militar, aquilo que o Sr. Diretor... O que se veiculava lá é que a Polícia Judiciária tinha recebido uma informação de um eventual planeamento de um furto a uma instalação militar, num raio de 60 km de Leiria, e que tinham tentado fazer diligências no sentido de apurar se aquilo era verdadeiro, de fazer escutas aos indivíduos envolvidos, e não comunicaram à Polícia Judiciária Militar. Foi esta a informação que, na altura, recebi.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Há pouco disse que não sabia de nada dessas denúncias anónimas.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não. Não sei nada daquela denúncia anónima do Pinto da Costa, se o Pinto da Costa a recebeu ou não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É a mesma, presumo.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não. Eu não estava presente, mas sei que foi esta a informação que me deram. Nunca vi a denúncia, não sei se aquilo que estou a dizer, não sei se será a verdade. É aquilo que me passaram.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não sabe se, salvo erro, o Sr. Major Pinto da Costa também soube dessa mesma informação.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sobre isso, punha as mãos no fogo em como ele não a recebeu.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Testemunhos de terceira pessoa interessam pouco.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Para mim interessam!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim... Quando é que soube dessa denúncia anónima?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Soube disso quando cheguei à PJM uns dias depois, talvez. Foi em conversa, não sei se foi o Capitão João Bengalinha que me informou. Não sei quem é que me informou na altura mas foi em finais de julho, por aí, inícios de julho... Inícios não...

Apresentei-me a 17 de julho, portanto, foi naquela semana, porque reuni-me na altura com o Sr. Capitão Bengalinha e ele explicou-me aquilo que já tinha sido feito, o que estava por fazer, o que estava planeado ser feito. Foi aí nessa reunião que soube.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É tão assertivo em tudo o que diz, com datas, com pormenores, com detalhes, e nesta questão vacila porquê? Em que data é que recebeu a informação?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Pois, mas não me recordo, porque recebi essa informação na data em que fiz uma reunião com o Sr. Capitão João Bengalinha. Não me recordo da data em que fiz a reunião com ele, se foi imediatamente no...

É que ele andava a fazer inquirições em Tancos, portanto, já não me recordo se a reunião foi no dia 18... Cheguei no dia 17 de julho...

Até seria interessante explicar uma coisa, para clarificar: eu chego... Portanto, o Sr. Diretor-Geral ligou-me no dia 4 de julho, ao fim do dia, a dizer que precisava de mim para o processo. Disse-lhe que não podia, porque estava de férias. Quando chegou o dia 17 de julho, apresentei-me, como é da praxe, ao meu Diretor da Unidade de Investigação: «Cheguei, estou pronto para o serviço».

E ele disse-me: «Olha, Brazão, vamos imediatamente ao gabinete do Sr. Diretor-Geral, porque ele quer que fiques a liderar a investigação». E eu disse-lhe que não, que não ia aceitar essa situação.

O Sr. Coronel Estalagem disse: «Eh pá, não pode ser, o nosso Diretor-Geral está muito determinado, portanto, vai ter mesmo de ser você». Ao que respondi: «Não vou de certeza absoluta.

Ele disse: «Mas, então, como é que vai ser?». E eu disse-lhe: «Isto é muito simples. Estamos na tropa, por isso, se não aceitar a minha situação, passa-me uma guia de marcha e manda-me para o Exército». Ponto final!

Portanto, aquilo que fiquei a fazer foi a coadjuvar, porque fui ao Diretor-Geral e disse-lhe exatamente isto. Ele disse-me «OK, você fica a ajudar». Isto porque eu tinha uma enorme experiência na área da segurança militar. Fiquei, desde esse dia, a coadjuvar. Aliás, fiz inquirições sozinho.

Fui para Ourém, fui para outros sítios sozinho, porque era preciso ouvir os civis que tinham estado a trabalhar nas obras dos Paióis Nacionais de Tancos. Fui fazer inquirições, fiz aquilo que, se calhar, muitos majores, com sete ou oito anos de major, nunca se prestavam a fazer. Fi-lo porque tenho uma relação profissional com o Sr. Capitão Bengalinha de grande apoio, porque ele apoiou-me muito no processo dos Comandos. Foi o meu braço direito, foi incansável.

Foi aquilo que disse ao Diretor-Geral: era impensável eu fazer essa maldade ao Sr. Capitão Bengalinha, porque ele tinha sido incansável no apoio que me prestou durante aquele processo, que foi muito difícil, quer profissionalmente, quer até sentimentalmente.

Portanto, fiquei a coadjuvar e foi essa a função com que fiquei.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, a determinada altura, o Inspetor Bengalinha diz-nos que não promove mais nenhuma diligência. Quem é que promove as diligências posteriores?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não promove? Como assim?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Após a decisão do Ministério Público de que o principal titular do inquérito, da investigação, passava a ser a PJ e não a PJM, houve uma decisão de parar a investigação. Como é que justifica as diligências seguintes?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, a investigação nunca parou. Repito, a investigação nunca parou. A última diligência de investigação que foi feita... Temos de pôr isto em dois planos, obviamente: há a investigação oficial e há aquela paralela. Neste momento, não estamos a falar da paralela, estou a falar da oficial. A investigação oficial nunca

parou. A última diligência feita foi no dia 25 de setembro, em que... E até lhe posso...

Pausa.

Peço desculpa, porque vou falar numa questão que não sei se posso falar à porta aberta ou se deveria ser à porta fechada.

Desde o princípio que o Sr. Capitão Bengalinha tinha a intenção de constituir arguidos uma série de militares que, no entendimento dele, e no meu também, porque depois li as inquirições, não tinham cumprido os seus deveres. Não eram só deveres, porque, assim, seria disciplinar, mas havia ali questões graves. Mentiram aos ... Só o facto de terem mentido era o suficiente.

Portanto, essa diligência nunca foi autorizada pelo Sr. Coronel Estalagem... E a Polícia Judiciária também não queria constituir arguidos, o que se compreendia na altura, no início, para não colocar advogados no processo, etc. Mas era recorrente conversarmos sobre isso, porque a Polícia Judiciária Militar tem o hábito de atuar rapidamente. Estamos num meio em que a disciplina é fundamental, portanto, tem de se atuar rapidamente. Sempre houve essa intenção.

Quando, na última semana de setembro, estando o Sr. Coronel Estalagem de férias, fiquei a liderar a Unidade de Investigação Criminal. Isto na última semana de setembro, porque o outro Tenente-Coronel também não estava presente. E ele diz-me: «Major Brazão, podemos aproveitar esta oportunidade para fazer aquela diligência que o Sr. Coronel nunca aceitou fazer».

Perguntei-lhe o que é que ele queria fazer e ele respondeu: «Propor a constituição de arguidos destes indivíduos». E disse-lhe: «Vamos fazer isso! Assino por cima! Não quero saber, sou eu que estou a chefiar, portanto,

vamos embora!»). Isso demonstra que, nunca na vida, queria afastar o Capitão Bengalinha, porque, se o quisesse afastar, era fácil dizer: «Eh pá, não, isso é com o Coronel Estalagem»... Isto se quisesse criar ali algum desentendimento.

Sei aquilo que o Capitão Bengalinha sentiu, porque lhe era passada pouca informação. A informação que lhe era passada era pouca, porque tínhamos muito pouca! A grande questão é essa! Repito, a grande questão é essa!

Para o Sr. Deputado ter uma noção, andámos a fazer diligências sem fazer a mínima ideia de quem era o indivíduo. Portanto, teve de haver ali uma confiança enorme e houve uma confiança muito grande no Sargento Lima Santos. Porquê?! É que...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Já está a falar na investigação paralela!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Estou a falar na investigação paralela para explicar esta questão.

Porquê?! É que o Sargento Lima Santos, tal como sou amicíssimo do Coronel, quer dizer, do Major Pinto da Costa — já devia ser Coronel, com a idade que tem —, o Sargento Carvalho é amicíssimo do Sargento Lima Santos.

Portanto, houve ali um estabelecimento de confiança, em que ele dizia «se este indivíduo me está a dizer que conseguimos recuperar, então conseguimos». Mas não tínhamos informação nenhuma.

Isto é só para dizer que, de facto, não tínhamos informação nenhuma. Aquilo que eu dizia ao Capitão Bengalinha era muito pouco, porque tínhamos, de facto, muito pouco!

Vou dizer-lhe qual foi a pedra-de-toque relativamente ao afastamento... Desculpem se estiver a falar muito, mas é que os contornos são... Não é que sejam complexos, porque são muito simples, mas têm um desenvolvimento que é preciso perceber.

Estava a dizer, relativamente ao Capitão Bengalinha, que a pedra-de-toque de ele se achar à parte tem a ver com o facto de, em setembro, não me recordo da data, termos ido ao Algarve. Ele, na altura, julgo que foi no início de setembro — ou finais de agosto, mas julgo que é inícios de setembro, logo ali —, falou comigo e eu disse-lhe que ia ao Algarve com o Pinto da Costa falar com os tipos da GNR.

Ele perguntou-me: «Eh pá, mas posso ir também?» Telefonei ao Pinto da Costa e disse-lhe: «Olha, o Bengalinha vem connosco». E o que é que ele me disse?! Disse: «Brazão, vê lá se ele tem disponibilidade para vir connosco ao Algarve. Há diligências para serem feitas desde julho...». Diligências que tinham sido feitas pelo Pinto da Costa em Tancos que tinha fornecido, diligências paralelas à investigação, ao Capitão Bengalinha e que era necessário validar, recolher mais informação, etc.

Disse isso ao Capitão Bengalinha e ele disse-me: «Pois, realmente, aquilo ficou ali a marinar, porque tenho andado com outras diligências». Ele trabalhou imenso neste processo, aliás, como já tinha trabalho no outro.

E o que é que ele fez?! Fez essas diligências, nessa altura. Fez ou mandou fazer. Há portagens, há provas concretas de que essas diligências em Tancos, paralelas, foram feitas e foram mandadas fazer pelo Sr. Capitão Bengalinha. Aliás, há *e-mails*. Salvo erro, ele mandou um *e-mail* à noite para os investigadores que lá foram, que foram vários. Por isso é que digo, no meu texto inicial, que foram vários os investigadores, porque não foram as «maças podres» que são arguidas. Foram mais de duas dezenas de militares e civis que trabalharam na investigação paralela.

Ele foi fazer essas diligências e, quando vim do Algarve, a informação que lhe dei foi mínima, porque não conseguimos recolher nada, e ele deve ter achado «estes gajos não quiseram que fosse com eles porque me andam a esconder qualquer coisa». Deve ter sido essa a pedra-de-toque que o fez reagir, porque esta situação já tinha acontecido com a Polícia Judiciária.

No dia 29, imediatamente após o furto, a Polícia Judiciária foi ao Algarve falar com o tal Fechaduras e a Polícia Judiciária Militar, através do Sr. Coronel Estalagem, tentou que fosse um elemento da Polícia Judiciária Militar com eles, e faria sentido ter sido o Bengalinha, mas eles não autorizaram. Por isso, ele deve ter sentido ali um novo «outra vez?!» e pensado: «Primeiro é a PJ que não me deixa e agora são estes que não me deixam e dão-me pouca informação?!».

Portanto, ele deve ter-se sentido excluído e com pouca informação. A verdade dos factos é que ele nunca foi excluído. Para mim seria impensável fazer-lhe uma coisa dessas, só que a informação que tínhamos era, realmente, muito pouca. Aliás, o Sr. Coronel Estalagem disse aqui uma grande verdade: foi surpreendido às três da manhã com um telefonema. Pois, eu também fui! É que aquilo esteve para acontecer várias vezes e nunca aconteceu! Eu já nem acreditava que acontecesse.

A realidade é esta. Ele pode ter-se sentido excluído, mas, da minha parte, ou da parte do Major Pinto da Costa, nunca. Antes pelo contrário, ele recebeu a informação toda.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Major, quem determinou a realização dessa investigação paralela?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Esta investigação paralela foi combinada no gabinete do Sr. Diretor-Geral depois mais efetivamente. Isto

porque ela começou logo no dia 29. Aliás, essas tais diligências que ficaram por ser feitas em julho, eu estava de férias.

Portanto, ela começou logo, mas, oficialmente, não lhe consigo dizer a data, mas eu já estava presente. Foi no gabinete do Sr. Diretor-Geral, com o Sr. Coronel Estalagem. Não sei se o Capitão Bengalinha estava presente ou não. Julgo que nessa reunião não estive, porque estava fora, não sei, não estive. E também com o Major Pinto da Costa.

Portanto, foi ali que foi decidido que iria ser utilizado um processo do Porto para se poderem fazer aquelas diligências todas paralelas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Utilizam de uma forma ilegal uma outra investigação para manter acesa uma investigação que, processualmente, estava extinta, na medida em que o Ministério Público decidiu que o titular da investigação era a PJ. É isso que me está a dizer?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — É correto, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Estavam conscientes de que estavam a cometer uma ilegalidade?!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Temos de ter consciência de uma coisa: estamos nas Forças Armadas. É um ambiente muito diferente de outros, não quer dizer que seja melhor ou pior, é muito diferente. Temos um Diretor-Geral que tem um parecer e que diz que está a trabalhar para que a competência venha para nós, para não nos preocuparmos, porque a recuperação é o mais importante e que, desculpem-me a expressão, «se a bernarda rebentar» antes de a competência estar do nosso lado, ele assume tudo.

Portanto, tenho um Diretor-Geral, tenho um Coronel acima de mim, está um Tenente-Coronel no Porto, por isso, estamos a cumprir diligências. Era impensável não as cumprir no ambiente em que estávamos!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Major, é obrigado a cumprir ordens ilegais?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não sou obrigado a cumprir ordens ilegais. Repito, não sou obrigado a cumprir ordens ilegais, mas cumpro as ordens, porque o interesse do País era superior à minha apreciação daquilo que era...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Já percebemos que há uma orientação clara da estrutura superior da PJM para se pôr acima da lei e promover uma investigação paralela que não tinha base legal nem sustentação e, portanto, é esse o facto que nos está a relatar e fica aqui devidamente registado.

Sr. Major, queria colocar-lhe um outro conjunto de perguntas. Explique-nos os passos que deu no dia 18 de abril, o que aconteceu nesse dia.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O Sr. Deputado quer dizer 18 de outubro, não é? Quando apareceu o material.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, não tenho problema nenhum em falar, mas à porta fechada.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Há bocado não utilizou o mesmo critério, respondeu dizendo que esteve lá aquando da recuperação do material, juntamente com o Diretor Nacional.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu estive lá! Eu estive lá! Agora, o que se passou pormenorizadamente terei de o dizer à porta fechada. Eu estive presente, assim como estive em Santa Margarida, resolvi aquela questão da Polícia Judiciária. Mas pormenorizadamente o que se passou respondo à porta fechada.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas estava de piquete nesse dia?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Estava, estava.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Que informações tem relativamente a uma chamada realizada para o piquete, supostamente anónima?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, respondo-lhe a essas questões do dia 18 à porta fechada.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, vou colocar um outro conjunto de perguntas: quantas vezes foi ao gabinete do Ministro da Defesa Nacional?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Fui uma vez, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Quando e para quê?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não me recordo quando lá fui... Novembro, dezembro... Não tenho presente a data. Até pode ter sido no fim de outubro mas não tenho presente a data concreta, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E para?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Posso dizer-lhe resumidamente que fui surpreendido pelo Sr. Diretor-Geral que me telefonou e disse para ir ao gabinete dele. Eu fui ao gabinete dele e diz-me: «Brazão, vamos ao gabinete do Sr. Ministro para o informarmos daquilo que se passou. Redige aí uma informação que conte (...)» — não pormenorizadamente senão seria uma coisa bastante longa —, «(...) uma justificação para o facto de eu estar lá como Diretor-Geral e de a Polícia Judiciária não ter sido chamada». Portanto, foi assim, fui acompanhar o Sr. Diretor-Geral não fosse ele ter alguma dúvida de alguma questão.

Portanto, não falei com o Sr. Ministro e julgo que até que com o seu Chefe de Gabinete se troquei foram muito poucas palavras, porque ele leu o documento e pronto.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, o documento que se refere como justificação para o não envolvimento da PJ no processo e justificar a investigação ilegal e paralela que promoveu é o memorando que toda a gente conhece e que está aí publicado?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, não confirmo nem desminto, mas pode ser, não sei, não vi.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Esse documento que entregou ao Ministro é da sua autoria?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu escrevi mas foi em coautoria com o Diretor-Geral.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Por ordem deste?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, claro.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Quando leu a notícia do *Expresso*... ou não leu a notícia do *Expresso* relativamente ao memorando que foi publicado nesse órgão de comunicação social?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Ler, li. Já não me recordo qual foi a minha reação quando li, mas li. Portanto, tem coisas parecidas. Não me consigo recordar dos pormenores, mas aquilo que posso dizer do que me recordo é que é muito semelhante.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Faça lá um esforço de memória porque, como disse no início, foi rigoroso em tanta coisa, com datas, com pormenores e agora leu o *Expresso* e não reconhece um texto que escreveu?! Como justifica isso?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Vou dizer-lhe, Sr. Deputado: aquilo que nós escrevemos foi uma versão dos factos, muito semelhante à verdade dos factos, portanto, muito semelhante, mas não é a verdade dos factos. Da verdade dos factos recordo-me muito bem, agora, aquilo que foi escrito para transmitir a justificação, disso não me consigo recordar, mas se me derem para ler, leio e vou dizer se é parecido ou se não é parecido. A questão é essa, porque se me der para ler, eu leio...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, peço que se distribua o órgão de comunicação social para confirmar se é aquilo ou não.

É estranho, Sr. Major, porque, naturalmente, ajudou a escrever o documento, quando o lê num órgão de comunicação social é fácil de perceber se é da sua lavra ou se não é. Desculpe, acho que essa justificação não é verosímil, peço desculpa.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Ó Sr. Deputado, o documento original foi entregue no DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal). Eu não consigo fazer a relação, desculpe lá.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Fazer aquela aplicação de comparar documentos, para ver se é ou não...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Ó Sr. Deputado, pode pedir ao tribunal. É simples.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Ministro foi informado do quê, em concreto?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Portanto, telefonicamente foi informado de que a recuperação do material não tinha sido feita da forma como foi noticiado e comunicado ao Ministério Público e que tinha sido feita através de um informador. Recordo-me que ao telefone a conversa não foi pormenorizada, foi simples, e julgo que depois o Sr. Chefe de Gabinete terá transmitido tudo ao Sr. Ministro ou não, não sei.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A conversa foi com o Chefe de Gabinete e não diretamente com o Ministro?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, a conversa telefónica foi diretamente com o Sr. Ministro — aliás, o Sr. Diretor nem sequer queria falar ao telefone deste assunto — e foi que a informação que tinha sido veiculada publicamente, aliás, através de um comunicado de imprensa, não era a verdade dos factos. O que tinha acontecido é que tinha sido recuperado o material através de um informador e que a informação que tinha sido veiculada para o Ministério Público não era a verdade dos factos. Foi isto que foi dito. A conversa foi rápida. O Sr. General leu o documento e não houve conversa sobre o documento. Leu-o, não lhe consigo dizer mais nada. Com o Sr. Diretor-Geral também não houve conversa.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Esse documento foi entregue aquando da sua visita ao Ministro da Defesa Nacional ou foi lido telefonicamente por via de uma aplicação?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, o documento foi entregue.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Acabou de dizer que o documento foi lido.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, sim, o documento foi entregue e lido.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Daquilo que foi transmitido ao Sr. Ministro, podemos depreender que o Sr. Ministro da Defesa Nacional foi

informado da ilegalidade em curso e da ilegalidade da investigação paralela realizada?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — É assim, Sr. Deputado, eu posso ter uma perceção da lei, naturalmente, e tenho-a, mas não me compete a mim dizer se fui informado de uma ilegalidade ou de uma legalidade.

Fui informado de que os factos que foram noticiados e informados ao Ministério Público não são a realidade que aconteceu. Não lhe posso agora dar aqui um parecer jurídico se fui informado de uma ilegalidade ou não. Isso o tribunal há de decidir se houve alguma ilegalidade ou não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Foi informado de que havia um informador e uma investigação em curso que funcionou paralelamente à da PJ?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Foi informado de que houve uma encenação, utilizando aqui a pergunta do Sr. Deputado Telmo Correia?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, houve ali uma construção da realidade, chame-lhe encenação ou o que quiser.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Major, em algum momento, antes ou depois da recuperação do material, falou dos acontecimentos de Tancos com algum Oficial ou Oficial-General que à época desempenhassem funções na estrutura superior do Exército?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Falei do que aconteceu, mas não falei do que se passou. Eu estava na República Centro-Africana, julgo que está a referir-se ao Sr. General Campos Serafino, o qual nos foi visitar e que muito estimo e respeito. Cumprimentou-me, deu-me os parabéns a mim e à PJM no geral e eu demonstrei-lhe a minha preocupação e ele até me disse: «Eh, pá, mas ó Brazão, mas vocês está preocupado? Está de consciência tranquila?». Eu disse-lhe: «Estou, mas estou preocupado porque aquilo que me disseram eu ia acontecer não aconteceu». Portanto, o processo não foi para a Polícia Judiciária Militar e sabíamos que desde que o material foi recuperado, nunca mais fomos chamados ao processo.

Foi pedida informação sobre quem tinha estado no local. Portanto, para bom entendedor, meia palavra basta, estávamos a ser investigados. E eu demonstrei a minha preocupação ao Sr. General, mas não lhe falei de nada do que se passou em Tancos.

Já agora — e até porque isto é público — aproveito para dizer, também, que não falei absolutamente nada sobre os Comandos e foi uma vergonha lamentável aquilo que um determinado órgão de comunicação fez relativamente ao Sr. General.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Essa circunstância é, de alguma forma conhecida, por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, quanto à operação propriamente dita e ao cenário antes, durante e após o furto, como descreveu, houve algum contacto com a estrutura superior do Exército ou não?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, Sr. Deputado, não houve nunca nenhum contacto com a estrutura superior do Exército.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Para já, tendo em conta que houve perguntas que ficaram para a ronda à porta fechada, terminei.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimento o Sr. Major Vasco Brazão.

À medida que vão sendo feitas perguntas, depois também perdemos aqui um pouco o fio à meada e era importante voltar atrás.

Relativamente à questão do tipo de investigação, a determinada altura ficou aqui a ideia — e pode ter sido mau entendimento meu — de que a preocupação quanto ao decorrer da forma como estava a ser gerida a investigação pela Polícia Judiciária teria contribuído para este acentuar desta investigação paralela.

Ontem, anteontem, aliás, tive a oportunidade de perguntar ao Capitão João Bengalinha, que respondeu de forma muito clara, dizendo-me que aquilo que tinha sido ignorado — e nomeadamente também aqui se referiu logo aos primeiros suspeitos, logo nas primeiras inquirições —, e que, de facto, não tinha sido prosseguido pela Polícia Judiciária, numa primeira fase, mas que tinha sido tudo isso prosseguido mais tarde, ou seja, que não havia qualquer razão para que a Polícia Judiciária Militar quisesse prosseguir nessa investigação paralela, porque a linha condutora da investigação, não tendo sido logo prosseguida, tinha sido retomada pela Polícia Judiciária. Isto não está correto?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr.^a Deputada, obrigado pela pergunta, mas uma coisa não tem nada que ver com a outra. Aliás, conforme ele disse

aqui ontem — lamentavelmente à porta aberta, a outras respondeu à porta fechada, não sei porquê — que tinha a ideia de um conluio interno do Exército.

Eu tenho uma tese completamente diferente, porque se olharmos para os factos, percebemos perfeitamente que desde o dia 22 as rondas foram praticamente inexistentes. Portanto, aquilo ter acontecido no dia 27, no dia 26, no dia 25 ou no dia 24 era exatamente a mesma coisa. E se olharmos para o calendário lunar, verificamos que a lua nova, note mais escura do mês, foi a 24, e, portanto, eles estiveram a fazer vigilância, com certeza, duas noites completamente às escuras e atuaram na noite em que houve uma ligeira claridade para nem sequer precisarem de lanternas.

Portanto, dizer aqui que um militar — que, de facto, não mandou fazer rondas —, é cúmplice... Aliás, não faz muito sentido, porque se eu fosse cúmplice daquilo eu iria dizer aos bandidos: «Srs., das 3 às 4 horas da manhã, é a vossa janela», não a ia deixar a noite toda aberta. Portanto, eles não fizeram rondas porque as rondas eram praticamente inexistentes porque não tinham viaturas, faziam as rondas de viatura durante o dia e à noite não faziam rondas. Foi essa a conclusão a que nós chegámos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Vamos separar as questões.

A Polícia Judiciária ignorou suspeitos que não quis incluir na investigação?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não é isso que estou a dizer. Não ignorou. O Sr. Capitão Bengalinha tinha ali suspeitos e a Polícia Judiciária seguiu esse suspeito, portanto, tomou diligências... O que aconteceu foi que ele nunca teve informação sobre essas diligências, o que é completamente diferente. Ou seja, se tenho um militar que é suspeito e se digo para ele ser escutado, preciso de ter acesso às escutas e ele nunca teve acesso às escutas.

Ele deu aqui um quadro de que estava tudo a correr lindamente quando, de facto, não estava. E até lhe posso dizer que no dia 24 de julho, na primeira reunião que tive com a Polícia Judiciária, verifiquei que não havia transmissão absolutamente nenhuma da parte deles para nós e até disse aos Sr. Capitão Bengalinha: «Vamos convidar o inspetor...», que era o Vítor Matos, «...a ir à PJM para desanuviar isto, para tentar tirá-lo da PJ e conversar». E isso fez-se! Conversámos, é um indivíduo espetacular, mas não nos deu mais informação nenhuma à conta disso.

Isto para lhe dizer que, relativamente àquela questão do «estava tudo bem», não estava nada tudo bem. Eles vão no dia 29, não nos deixam lá ir e não dão informação nenhuma...Eu nunca vi a capa do processo! Nem eu, nem o Capitão. Aliás, essa foi a pedra de toque para o Diretor ter ficado furioso. Não foi só pela delegação de competências, foi por entregarmos o nosso processo e nem sabermos onde é que ele foi apenso porque nunca vimos a capa do outro.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Major, nessa reunião de 24 de julho — e já lá vamos ao resto —, soube que a investigação estava a ser prosseguida, com os mesmos suspeitos!? Teve essa informação, independentemente de ela estar a ser passada à PJM ou não.... mas a PJ estava a prosseguir-la!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Vou dizer-lhe uma coisa: não eram os mesmos suspeitos. Não eram.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Vou perguntar isto de outra maneira, porque, há pouco, deixou aqui a ideia de que só prosseguiram as diligências, nas quais participou, nomeadamente com o Major Pinto da Costa, porque entendia que a linha de investigação da Polícia Judiciária não

estava no caminho que poderia seguir, ou seja, que o caminho que seguia não estava a ter em conta esses suspeitos. Ou percebi mal?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Pois, eu é que me devo ter expressado mal.

Os suspeitos militares — estamos a falar de militares, porque a nós ficou-nos confiada a questão intramuros —, que eram aqueles que não tinham feito rondas ou que tinham algum contacto, foram entregues à Polícia Judiciária... Ele não fez as diligências que quis fazer, na altura, que eram buscas, etc., e que nunca foram feitas. Essas propostas dele não foram para a frente.

Não sei se foram escutados ou não, julgo que sim, mas não sei e ele nunca recebeu nenhuma diligência sobre o que foi feito acerca desses suspeitos. Portanto, nunca houve partilha de informação de lá para cá.

Não sei qual era a linha de investigação da PJ. Certamente era a correta, no sentido em que presumo que os indivíduos que estão presos, que são arguidos e não sei quê, serão os autores do furto, mas não tenho a certeza. Portanto, eu não sabia qual era a linha de investigação deles, não fazia a mínima ideia.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Há pouco, justamente no que se referia à questão das diligências e quando lhe perguntaram se tinham, ou não, acontecido diligências, não incluindo o Capitão Bengalinha, fiquei com a ideia de que só tinha prosseguido nessas diligências a inquirições porque elas não tinham sido prosseguidas pela Polícia Judiciária Militar.

A minha pergunta é a seguinte: aquilo que fez, ou que o mandaram fazer, foi porque entendeu, porque se entendia, que a Polícia Judiciária não estava a fazer o suficiente, ou foi porque tinha de ser a Polícia Judiciária Militar a fazê-lo?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu fiz... Aquilo que fizemos, fizemo-lo por indicação do Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, e naturalmente que queria ser ele a recuperar o material. Que não haja dúvida, e quem disser o contrário não está a dizer a verdade.

Naturalmente que ele queria, também, e muito, recuperar o material, porque se me assaltam a casa... Temos de perceber que o Exército é a nossa casa. Eu tenho a farda do Exército! Portanto, se me arrombam a casa, quero, o mais rapidamente possível, recuperar as coisas.

Ser colocado de parte da investigação e, depois, serem outros a recuperar o material, foi algo que mexeu, e muito, com o Sr. Diretor-Geral. Ainda por cima, depois, alavancado com um parecer jurídico de uma pessoa extremamente prestigiada na área do Código Penal, com um peso muito grande, que lhe deu enorme força para seguir naquela linha, porque tinha a convicção de que a competência viria para nós.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Temos a perceção dessa fiabilidade nos militares, reconhecemos isso e vemo-la como uma coisa boa, essa ideia do cumprimento de ordens, e a verdade é que, independentemente de se entender que fazia mais ou menos sentido, e até independentemente do parecer, o despacho da Procurador-Geral da República era claro.

Aquilo que me diz é que, na sua convicção, o facto de haver uma investigação em paralelo, desrespeitando o despacho da Sr.^a Procuradora da República, que já aqui disse que lamentava, mas, independentemente disso, essa decisão de manter uma investigação paralela resulta do brio, do ego da Polícia Judiciária Militar, querendo ser ela a encontrar o material? É que há uma diferença entre encobrimento e encenação. Essa é uma outra questão.

Era para encobrir, porque se sabia mais do que isso ou porque se queria muito que fosse a Polícia Judiciária Militar a encontrar o material? É uma questão de ego o que está por trás dessa decisão?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Encobrimento nunca houve nenhum, e nunca houve envolvimento das estruturas do Exército. Nada!

Aliás, desde que estou na Polícia Judiciária Militar, nunca lá vi uma visita de um oficial-general, de um coronel, de um tenente-coronel, portanto não houve ali qualquer influência. A questão foi a da recuperação do material, que era fundamental para o Diretor-Geral.

Acredito também, e isto é público, que a Polícia Judiciária Militar... aliás, segundo ouvi aqui ao Sr. Capitão de Mar e Guerra Paulo Isabel, a quem desejo boa sorte na condução da Polícia Judiciária Militar, a lei orgânica não está aprovada, a Polícia Judiciária Militar estava num limbo, não de acabar, até porque acredito que nunca acabe, mas, se calhar, de perder a sua autonomia e de ser incorporada na Polícia Judiciária ou na GNR. Já tinha havido propostas nesse sentido, como os Srs. Deputados sabem.

Portanto, ele sentiu que aquela era a oportunidade... é aquilo que penso! Para além da recuperação de material de guerra, que era importantíssimo, era a oportunidade de vincar, e tendo uma informação de um indivíduo que quer entregar o material, era, digamos, juntar duas coisas numa só: a recuperação do material e a afirmação da Polícia Judiciária Militar. É a minha convicção, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sim, mas essa informação do indivíduo que quer entregar o material já vem bastante tempo depois da decisão paralela. Na realidade, e corrija-me se estiver enganada, tal como aqui também diz, eles começam a investigar no dia 29; depois, vamos assumir que só no dia do despacho, a 4 de julho, ou a 7 de julho, quando é

publicitado, fica ao encargo da Polícia Judiciária e, portanto, a partir daí há uma decisão ostensiva. Ontem foi-nos aqui dito que, independentemente da dúvida de interpretação, no dia 3 de julho, o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar soube, através de um telefonema — se houvesse dúvidas até então — , que não era ele, ou seja, não era a PJM quem tinha a responsabilidade desta investigação.

Portanto, a partir de dia 3 de julho, ela é paralela... com base numa ilegalidade, mas, enfim, agora não é relevante essa discussão. É uma discussão paralela e, nessa altura, a PJM ainda não sabia que tinha informações sobre o material, não é?!

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr.^a Deputada, tínhamos informações porque, no dia 29, o pessoal de Loulé começou logo a trabalhar e o Algarve é um meio muito pequenino. E o meio onde se movem os criminosos...

Nós... o Pinto da Costa, quando fala... nem é o Pinto da Costa é o Carvalho, acho que é o Sargento Carvalho, quando liga para o Lima Santos e lhe pergunta «sabes alguma coisa sobre um tal de Fechaduras?», aquilo fez soar «montes» de campainhas! Eles conhecem o terreno, começaram logo a trabalhar e a dizer «nós temos esse gajo,...» — desculpem a expressão — «... temos informação que vai ser relevante e vamos explorar».

Isso começou logo a ser feito e, nesse dia 3 de julho — julgo que foi a 3 de julho, foi o que ouvi —, a Sr.^a Procuradora-Geral da República telefonou e confirmou aquilo que já tinha sido decidido, até a 30 de junho, julgo eu, entre o Coronel Estalagem e o Dr. Luís Neves. Ele manteve essa linha de investigação que já vinha de trás. Que tínhamos um informador que ia recuperar o material, nessa altura ainda não sabíamos, mas havia informação que era importante e nós não estávamos a recebê-la.

Repare uma coisa, Sr.^a Deputada, entendo que o Diretor-Geral quis-me no processo, inicialmente, para o liderar, inclusive, e eu não aceitei,

primeiro porque conhece-me e acha que eu conseguiria bater o pé à PJ. Não conseguiria, nunca, porque eles tinham ordens para não dar nada, mas há uma informação que eles têm e que não divulgam. A nossa casa é assaltada e eles não partilham absolutamente nada. Eles não deixam ir ao Algarve e a informação que nos dão é a seguinte: «o informador é muito vacilante, não tiramos nada de lá». E, do Algarve, no mesmo dia, em Loulé, os GNR dizem que soaram ali uma data de campainhas.

Portanto, percebemos... eu não estava cá, mas percebeu-se, claramente, que não estavam a dizer a verdade à Polícia Judiciária Militar quando disseram que foram ao Algarve e não tinham nada. Estavam a esconder informação.

Ora, assaltam-me a casa e não me dizem a informação que têm?! Naturalmente que o Diretor-Geral, que já não ficou contente com o despacho, com esta situação ainda ficou pior.

Houve uma outra situação, em que eu também não estava presente... isto é tanta coisa que já não sei se disse isto... sim, já disse que recebemos uma denúncia e eles foram lá. Relativamente a uma carta anónima que recebemos em como o material estaria aqui em Lisboa, num local, e enviámos... eu não estava cá, mas foi enviada uma equipa para vigiar essa casa, até foi um militar e uma militar, para fazerem de casal. Essa informação foi dada ao Sr. Dr. Luís Neves.

A páginas tantas, chegam lá os inspetores da Polícia Judiciária, sem dizer nada a ninguém. Portanto, nós estávamos a vigiar... fizemos o contacto e disseram-nos «ok, vão lá vigiar». Aquilo foi muito estranho! Os inspetores da Judiciária Militar ligaram ao Sr. Coronel Estalagem, que, por sua vez, ligou ao Diretor, ao Dr. Luís Neves, e perguntou «o que é que se passa? Combinámos que os nossos homens iam lá ver e entretanto aparecem os teus homens, entram, identificam-se...?». Ao que ele responde: «Eh, pá! Não consegui controlar o ímpeto dos meus homens!».

Quer dizer, quem ouve isto... para o Coronel Estalagem tanto se dá como se deu, mas o Diretor-Geral, quando soube isto, naturalmente, perante todo o cenário que estava montado, deve ter ficado aborrecido, para não dizer outra coisa.

Eles foram lá e ele não consegue controlar o ímpeto dos seus homens! Mas isto é conversa que se tenha para quem controla o terrorismo? Dizer que não consegue controlar os seus homens!?

Foi mais uma. Foram tantas que eu pasmei-me, fiquei pasmado com a intervenção, aqui, do Sr. Capitão Bengalinha.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Ó Sr. Major, é complicado, e já aconteceu a mesma coisa relativamente às férias. Andamos para trás e para a frente na linha do tempo e, depois, para nós e para quem está a ouvir, é complicado perceber. Isso aconteceu quando?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isto aconteceu nos primeiros dias. Portanto, eu estava de férias, não estava lá. Seguramente, foi até 17 de julho, porque eu não estava presente.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Serve para sabermos que havia um mal-estar desde o início, é isso?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Serve para dizer que havia um muito mal-estar desde o início e que se prolongou. Isto não tem a ver com as pessoas, atenção! Temos excelente relação com os inspetores, não tem a ver com isso. Tem a ver com as cabeças!

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Certo! Convenhamos que isso continua a não justificar a ilegalidade, mas também não é o que está agora em questão.

Disse que, logo no dia 29, tinha sido posto a correr e que tinham soado alarmes. Enfim... soubemos aqui que, justamente, até porque estariam juntos no curso, quer o Major Pinto da Costa quer o Sargento Mário Carvalho, que... até no dia 30 estiveram, inclusive em Tancos, porque foi quando acabaram esse curso. No dia 29 foram feitos esses contactos para o Algarve, mas como é que eles sabiam para onde é que deveriam contactar para obter essa informação?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O contacto para o Algarve... Julgo que já disse aqui que o Sargento Lima Santos é amigo de infância — portanto, não é conhecimento da tropa — do Carvalho, que também é GNR, da PJM. Ele ligou-lhe, julgo eu, não foi na perspectiva de saber que ele tinha informação, mas, como ele é do Algarve, deu-lhe um nome para ver... Não sei, eu não estava cá presente, não sei... Nós tínhamos a informação do nome de Fechaduras e ele deu-lhe essa indicação. É a informação que tenho.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas quem é que deu essa indicação do nome Fechaduras?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Essa indicação foi um inspetor do Porto, que ligou ao Major Pinto da Costa, no próprio dia, e que lhe disse, salvo erro foi aquilo que ele me transmitiu, que iam ao Algarve para saber se ele queria... se ele queria, não, se havia alguém da Polícia Judiciária Militar que estivesse interessada em acompanhar a diligência.

Portanto, o Pinto da Costa estava no curso — julgo eu que estava num curso — e ligou para o Coronel Estalagem para se operacionalizar isso, e não

foi aceite o acompanhamento. Naturalmente deveria ser o Capitão Bengalinha, ou alguém que ele nomeasse, mas não foi aceite o acompanhamento.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que me está a dizer é que no dia imediatamente a seguir a saber-se que houve um roubo, um assalto, é um inspetor do Porto quem liga ao Major Pinto da Costa a dizer: «Olha, há um tipo que é o Fechaduras. Vai lá saber o que é que se passa»?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, não, não!

Voz impercetível.

Inspetor Chantre. Não sei o primeiro nome, é conhecido por Inspetor Chantre. Ele trabalhou junto com o Pinto da Costa num outro processo.

Não. Aquilo que me informaram é que o inspetor lhe disse que iam falar com um Fechaduras — com um indivíduo de apelido Fechaduras —, se queriam colocar alguém a acompanhá-los. O Pinto da Costa, que não tinha nada que ver com o processo, ligou para o Coronel Estalagem e deu essa informação.

Julgo que o Coronel Estalagem há de ter ligado para o Dr. Luís Neves e não foi aceite o acompanhamento, porque ele era um informador. Isto dos informadores, não é qualquer um que fala com eles.

Faz sentido, até, que não acompanhassem. O que não faz sentido é dizerem-nos que não há nada e, do outro lado, acenderem-se uma data de campanhas. Isso é que não faz sentido.

Aliás, esse Fechaduras, o primeiro indivíduo a ser contactado, foi o último a ser constituído arguido. Discretamente, mas foi. Portanto, alguma coisa se passou ali, logo no dia 29, que não nos foi informado...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas quem é esse inspetor que fez esse telefonema?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O nome que conheço é Inspetor Chantre. Não lhe consigo dizer mais, porque não sei, nunca estive com ele, não sei o nome dele. É o Inspetor Chantre, do Porto. Mas, se perguntarem na Polícia Judiciária, certamente poderão identificá-lo melhor, é um indivíduo que trabalha no Porto, na PJ.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, é um inspetor da PJ, que estava envolvido...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Vamos lá ver: a perceção que tenho é que era um indivíduo que, de alguma forma, já tinha contacto com esse informador. E por isso é que ele vai do Norte ao Sul, porque é ele que tem o contacto, é ele que tem a confiança, digamos assim, portanto, é ele que poderá abrir ali alguma porta.

Julgo que foi isso. Não se justifica ir um indivíduo do Porto, quando há, até, investigadores no Algarve, portanto, aquilo tem que ver com a confiança, certamente.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, a PJ, logo no início, estaria a contactar um investigador da PJM para acompanhar numa diligência, é isso?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, mas ele não estava envolvido na investigação. Esse... Julgo eu que ele foi apenas fazer a ligação, porque ele era o elo com esse indivíduo.

Esse indivíduo estava no Algarve, mas viveu muito tempo na região do Porto. Portanto, certamente houve outros crimes... Se se acenderam imensas campainhas lá em baixo, é porque ele também andou a acender campainhas no Porto, digo eu. Era, portanto, um indivíduo do conhecimento desse Chantre, e ele foi para estabelecer a ligação.

Aí não acho nada anormal não nos deixarem acompanhar, apesar de, nesse dia, a essa hora, a investigação ser nossa. Portanto, em termos de legalidade, eles estão a fazer diligências de investigação num processo para o qual não têm competências.

Mas, lá está, não sou jurista, é complicado, não sei se é legalidade se não, se é irregularidade, mas o que queríamos era recuperar o material. E se aquela diligência servia para isso, muito bem.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Precisava de lhe colocar outras questões, no seguimento destas, mas, relativamente à questão do memorando, primeiro, foi aqui questionado sobre o tema da família e respondeu que teria de perguntar ao jornalista que fez a capa do *Sol* — já não sei qual foi a resposta que deu.

Contudo, no memorando — em tese, uma vez que nós não o conhecemos —, que vem no *Expresso*, está lá escrito que «a sua família correria risco». Nunca escreveu isto no memorando?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isso não aconteceu; não fui nunca ameaçado.

Há bocado disse que o memorando era uma versão daquilo que tinha acontecido. E isso nunca me aconteceu. Mas, se calhar, posso dizer-lhe, houve quem fosse ameaçado.

Se reparar, no... Se me deixarem ler, rapidamente, também leio.

A indicação que tive, e que foi feita em paralelo com o Sr. Diretor, era a de envolver o menor número de pessoas. Era explicar ao Sr. Ministro que não tinha sido da forma correta, e envolver o menor número de pessoas.

Portanto, recordo-me que, no memorando, existo eu e o Diretor-Geral. Acho que não existe mais ninguém, tenho essa ideia. E o informador, também existe, claro!

Não foi assim, de todo, como já percebemos. Houve um envolvimento de muitas outras pessoas. Para já, era para fazer uma coisa reduzida e depois para dar poucos nomes, porque não interessava dar muitos nomes. Não fui eu que fui ameaçado, houve quem tivesse sido.

Julgo que assim respondo à pergunta da Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Faço agora uma interpelação ao Sr. Presidente.

O memorando que temos é a versão que foi publicada. Já foi aqui dito, insistentemente, pelo Sr. Major, que, se pudesse ler, poderia, de alguma maneira, referir-se a ele, pelo que peço que seja distribuída a notícia que eu também tenho.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O memorando foi entregue ao tribunal, portanto têm de pedir o memorando.

Não vou estar agora aqui a ler uma coisa que não tenho a certeza se, de facto, está editada ou não está editada; se é, de facto, aquilo que foi escrito. Posso estar aqui a incorrer no risco de estar a dizer uma coisa que não é verdade.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra à Sr.^a Deputada, uma vez que o Depoente já referiu que não está em condições de confirmar se está ou não editado, nos termos em que o referiu.

Faça favor de prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Foi o Sr. Major que disse que, se o lesse, poderia pronunciar-se sobre ele, por isso pedi para que se distribuísse.

De qualquer forma, uma expressão como «a sua família correria risco» está neste memorando que, em tese, foi o que foi entregue.

Presumo que consegue saber se isto é verdade ou não. Portanto, o que me está a dizer, então, é que, se calhar, não é exatamente isto que está aqui.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O que lhe estou a dizer é que a minha família nunca esteve em risco.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas não me diz se colocou no memorando...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Tenho de ver...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quando diz que é muito semelhante à verdade dos factos, o que é que isso quer dizer? Quer dizer que pôs a menos do que aconteceu, mas pôs a mais do que aquilo que aconteceu?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Está muito a menos e estão algumas coisas que não aconteceram bem assim, porque foi para justificar — foi aquilo que disse — a presença do Diretor-Geral naquele local e a não comunicação à Polícia Judiciária.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Fale-nos do dia em que vai reunir para entregar o memorando. Pedia-lhe que me descrevesse o que aconteceu, nesse dia da reunião.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sr.^a Deputada, já não me recordo, sequer, se foi de manhã, se foi de tarde. Mas estava no meu gabinete e recebo uma chamada, julgo que da D. Alice — que é a assistente do Sr. Diretor —, a pedir-me para ir lá acima, para falar.

Julgo que o Sr. Coronel Estalagem não estava presente, não estava lá... E eu fui ao Sr. Diretor e ele disse-me: «Brazão, vamos ao gabinete do Sr. Ministro». Eu até lhe disse: «Ó Sr. Diretor, eu não estou em condições de ir.» Estava em mangas de camisa, estava de ténis, não estava, digamos assim, com a indumentária para ir falar com o Sr. Ministro, como é devido o respeito.

Ele disse-me: «Não interessa como está, não está de chinelos, pois não? Então venha embora». E, portanto, fomos embora.

Foi assim. Sentei-me — não me recordo se me sentei na secretária dele — a escrever aquilo que combinámos, não me recordo se ele veio comigo, mas julgo que ficámos lá em cima.

Escreveu-se aquilo que se escreveu e fomos diretamente ao gabinete. Passámos pelo túnel de acesso, que existe da Polícia Judiciária Militar para o EMGFA (Estado-Maior-General das Forças Armadas), subimos ao sétimo andar, fomos recebidos, salvo erro, por uma sua Capitã, ou sua Major, ou qualquer coisa assim — sua Capitã, julgo eu. O Sr. General recebeu-nos, disse-nos que o Sr. Ministro não estava disponível e que podíamos fazer uma chamada telefónica.

O Sr. Coronel disse: «Não, isto é um assunto que não para chamadas telefónicas». Ao que o Sr. General respondeu: «Não, mas liga-se por *WhatsApp*». E foi o Sr. General que ligou, via *WhatsApp*, para o Sr. Ministro.

Não sei onde é que ele estava, se estava em Bruxelas... Julgo que estava mesmo fora do País.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que é que ouviu desse telefonema?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O que ouvi desse telefonema foi... Do lado de lá, do que o Sr. Ministro disse, não ouvi nada.

Mas, pelas respostas, presumo que tenha felicitado. Mais uma vez, provavelmente, porque aquilo não foi logo imediatamente a seguir ao furto, perdão, a seguir à recuperação.

Portanto, ele disse qualquer coisa do género: «Sim, sim, mas, Sr. Ministro, temos de lhe dar explicações, porque aquilo que foi publicitado e comunicado ao Ministério Público não foi o que, de facto, se passou. Foi através de um informador».

Pronto... A conversa foi curta. Não sei o que é que o Sr. Ministro respondeu, não faço a mínima ideia, mas, inicialmente, felicitou e depois, o Sr. Coronel, Diretor-Geral, disse que foi através de um informador, que as coisas não foram bem como foram noticiadas. Aquilo foi um momento rápido.

E deixámos um documento ao Chefe de Gabinete. Não era um documento timbrado, não era assinado. Era uma folha simples, não era... Acredito que não tenha entrado no expediente, sequer, do gabinete.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Tenho três observações sobre isso.

A primeira: o Sr. Chefe de Gabinete, o Sr. Tenente-General Martins Pereira, em algum momento, se pronunciou ou disse alguma coisa?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Que me recorde, ele leu e não fez comentário algum. Que me recorde, como disse já inicialmente, não houve ali conversa nenhuma. Ele leu o documento, não sei se terá dito: «Ok, depois informo o Sr. Ministro». Terá dito, com certeza, uma coisa do género, mas o Sr. Ministro já tinha sido informado via telefone, mas não com o detalhe que estava ali.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Pergunto isto porque, repare, não é uma coisa de somenos estar ali a dizer-se que houve uma encenação, relativamente a encontrar o material.

Não houve nenhuma manifestação de surpresa? Tem de gerar alguma coisa, a menos que não fosse uma surpresa.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, surpresa foi. Surpresa julgo que foi. Não sei... Não consigo dizer se o Diretor-Geral já lhe tinha ligado ou não, não sei.

Para mim, foi uma total surpresa ir ao gabinete do Sr. Ministro. Foi a única vez que lá fui e nem sequer estava em condições para lá ir.

Não demonstrou que já soubesse, mas o Sr. General também é uma pessoa contida e, portanto,...

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Segundo ponto: quando diz «não corresponde à verdade», mas que era muito semelhante à verdade dos factos, gostava que ficasse claro que decorria, independentemente de ser muito semelhante à verdade dos factos, cabalmente, a questão da encenação.

Ou seja, o Sr. Ministro, tendo conhecimento deste memorando, sabia que tinha decorrido uma encenação, que configurava, aliás, uma ilegalidade, mas bom e que não se pronunciou relativamente a isso.

É que, quando diz que é muito semelhante à verdade dos factos, ainda abre aqui a ideia de que também não lhe disseram exatamente que tinha havido uma encenação.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, a encenação é clara.

Mas o que é que o Sr. Ministro disse ao Diretor-Geral, não sei... Ou posteriormente, quando lê o documento por completo, isso não sei. O que sei é aquilo que o Diretor-Geral me disse. E disse-me: «Brazão, vamos aguardar».

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Terceira questão...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isso foi-me depois comunicado, ao resto... É que, a partir desse momento, não houve mais nenhuma diligência. A partir desse momento, não houve mais nenhuma diligência da nossa parte, portanto vamos...

O que houve foi uma reunião no DCIAP, a que foram o Coronel Estalagem e o Major Pinto da Costa, em que o Coronel Estalagem sabia de tudo... Aliás, peço desculpa, nesse dia não, isso foi a 18 de outubro, não tem nada que ver...

Portanto, nesse dia, não houve mais nada, o Diretor-Geral... Eu telefonei, por exemplo — não sei se foi nesse dia, mas julgo que sim, porque não se vai ao gabinete do Ministro todos os dias — ao Major Pinto da Costa, de certeza absoluta, a reportar este facto. Se foi nesse dia ou não, tenho quase a certeza de que foi nesse dia. Mas a Polícia Judiciária facilmente saberá quando fomos ao Ministro, porque está nas escutas. Estávamos já a ser escutados nessa altura, julgo eu.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, decorre toda a encenação e há uma ligação entre a PJ Militar e o Ministro da Defesa. Porque é que foi naquele momento que o Sr. Diretor da PJM decidiu que tinha de ir ao Ministro garantir que ele sabia desta encenação?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Pois, Sr.^a Deputada, não sei, não lhe consigo responder, porque fui surpreendido com essa ida ao Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, nos mesmos termos, e para encerrar esta ronda, o Sr. Deputado Ricardo Bexiga, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista agradeço, também, pelos esclarecimentos e pela ajuda que está a prestar a esta Comissão.

Confesso que já não tenho muitas perguntas para lhe fazer, em função de tudo aquilo que os meus colegas já lhe perguntaram.

No entanto, gostava de perceber melhor e fechar um pouco todos os factos que aqui nos reporta, para percebermos melhor o que se passou em todo este processo.

Pergunto-lhe o seguinte: ao longo da sua carreira de investigador da Polícia Judiciária Militar já tinha participado noutros processos em que a Polícia Judiciária também tinha intervindo.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Durante a minha carreira de investigador tive vários contactos com a Polícia Judiciária, uns em que eram eles a pedirem-nos apoio, porque havia um militar qualquer que queriam ouvir, ou qualquer coisa do género, e sempre demos esse apoio, e tive um processo grande, que foi o das messes da Força Aérea que correu muito bem.

Quando a Polícia Judiciária Militar se apercebeu de que não tinha capacidade para o monstro que estava ali montado solicitou apoio e esse apoio foi dado. Aliás, não foi apoio, o processo passou para a Polícia Judiciária e não houve qualquer problema da minha parte... Antes pelo contrário, fiz várias diligências juntamente com a Polícia Judiciária e, depois, acabei por sair, porque tive a infelicidade, ou melhor, não eu, os rapazes que faleceram nos Comandos é que tiveram, de ficar com o processo dos Comandos.

Como era extremamente absorvente, não conseguia estar nas duas investigações e como aquilo estava a andar, e bem, houve outros militares que se mantiveram ali. Aliás, até já estava um tenente-coronel mais antigo do que eu, portanto, as coisas estavam a andar e andaram muito bem.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Portanto, do seu conhecimento, as relações de colaboração entre a instituição Polícia Judiciária Militar e a instituição Polícia Judiciária, no âmbito das suas competências, sempre ocorreram normalmente?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Diria que, dentro das minhas funções e das minhas competências, sempre. Mas, inclusive, em relação... Havia uma ótima relação com a Polícia Judiciária; nós fazíamos *n* cursos na Escola Superior de Polícia, na escola da Judiciária, em Belas... Os contactos eram normalíssimos.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — A minha pergunta, Sr. Major, é esta: porque é que é tudo tão anormal neste processo?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — A grande questão que vejo aqui é que a competência era nossa. Portanto, o despacho da Sr. Procuradora-Geral da

República foi completamente contrário ao do anterior. Acredito que a Sr.^a Procuradora-Geral da República fez, com certeza, o melhor para a descoberta da verdade e para a investigação, mas vejo aqui essa questão da competência.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Portanto, o Sr. Major reconhece, perante esta Comissão, que tudo o que se passou neste processo de investigação de Tancos é absolutamente anormal e invulgar?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Completamente anormal.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — E também há uma questão que penso que estará na cabeça de todos nós, Sr. Major: como é que duas pessoas com uma carreira e uma experiência tão grandes como as do Sr. Coronel Vieira e do Sr. Major Brazão se metem numa coisa destas?

Como é que ficam envolvidos num incumprimento de regras, de despachos da Sr.^a Procuradora-Geral da República e de normas legais, sabendo, designadamente o Sr. Major que está, com certeza, no pico da sua carreira, que isto poderia ter consequências muito complicadas para a evolução e para o futuro da sua vida militar? Como é que se envolvem numa coisa destas? Como é que há tanta anormalidade? Como é que os senhores, de facto, fazem aquilo que o Sr. Major aqui descreveu?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Quero só aqui dar uma nota: o Sr. Deputado perguntou como é que o Sr. Coronel Luís Vieira e eu nos envolvemos nisto. Envolveu-se o Coronel Estalagem, o Tenente-Coronel Donato Tenente, o Major Pinto da Costa, o Capitão Bengalinha e muitos outros.

Portanto, foi um erro que foi cometido. A chamada foi feita no dia em que eu estava de piquete. Se tivesse sido feita uma semana antes — aliás, ela

teve para acontecer no início de setembro, e eu não estava de piquete, e a combinação era exatamente a mesma — estaria aqui, no meu lugar, outro oficial com certeza, porque ninguém ia negar a combinação.

Mas nunca fui carreirista, sempre cumpri as ordens e cumpri no sentido do dever e de cumprir a missão, como nós dizemos, de «entregar a carta a Garcia». E eu entendi aquilo, eu e todos os outros, como uma missão a cumprir. Aliás, posso dizer-lhe uma característica...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Entendeu o quê como missão a cumprir?

O Sr. **Maj. Vasco Brazão**: — Entendi como missão a cumprir a recuperação do material de guerra, mesmo que fosse à margem do processo, porque o Sr. Diretor não se cansava de dizer que a competência era uma questão de tempo. Não foi, como sabemos hoje.

Portanto, estávamos imbuídos do espírito de missão e de que tínhamos a retaguarda protegida porque a competência viria, mais cedo ou mais tarde, para o nosso lado. Eu não ia contrariar uma estrutura que estava montada. Quando chego...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Major, deixe-me só perguntar-lhe o seguinte: se bem registei, o senhor disse aqui que regressou de férias a 17 de julho e assumiu a responsabilidade pelo inquérito em outubro.

O senhor, nessa altura, conhecia já o despacho da Sr.^a Procuradora-Geral da República, atribuindo competências do inquérito à Polícia Judiciária?

O Sr. **Maj. Vasco Brazão**: — Quando cheguei, a 17, não soube logo, mas, passados uns dias, soube, sim. Soube naquela reunião que tive com o Sr. Capitão Bengalinha. Não sei se foi dia 18 ou 19, mas soube desde o início.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Então, confirma aqui à Comissão que, quando assumiu a responsabilidade pelo inquérito, em outubro, já não existia inquérito?

O Sr. **Maj. Vasco Brazão**: — Sr. Deputado, vou explicar-lhe o assumir da responsabilidade em outubro, que, de facto, não assumi porque não há nomeação nenhuma.

Como já referi aqui, no dia 25 de setembro, fizemos uma proposta de constituição de arguidos, que era a vontade do Sr. Capitão Bengalinha, e assumi isso porque era eu que estava a liderar naquela semana. Quando chegou o Sr. Coronel Estalagem, julgo que foi logo no início de outubro, o Sr. Capitão Bengalinha saiu do processo e o Coronel Estalagem disse-me: «Bem, agora vai ficar nomeado pelo processo».

Eu disse: «Quero uma nomeação para a recuperação do material». Ele disse: «Sr. Major, como sabe isso não é possível». «Então, mas eu quero, por escrito, à parte, que me assinem a dizer que estou a cumprir missão...». E ele disse: «Isso não é possível, isso é com o Sr. Diretor-Geral».

E eu fui ao Sr. Diretor-Geral e ele disse-me: «Brazão, não se preocupe que a questão das competências... estou a resolvê-la ao mais alto nível». E, portanto, ficámos assim. Disse ao Sr. Coronel Estalagem que tínhamos feito uma proposta, outras propostas nunca tinham sido sequer respondidas, nunca recebemos resposta às nossas propostas: «Só vou aceitar uma nomeação no processo quando eu tiver uma resposta a esta proposta».

Essa proposta nunca veio, por isso, nunca fui nomeado. Refiro-me à resposta às constituições de arguidos. Nunca recebemos nenhuma proposta

e, portanto, nunca fui nomeado. Se consultarem o processo no futuro, verificarão que nunca fui nomeado.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Portanto, o que me está a dizer é que não existe um despacho de substituição da equipa de investigação inicial, que, de acordo com as regras e os procedimentos que eram aplicáveis, atribuía, como oficial responsável pela investigação, o Capitão Bengalinha, porque era o oficial que estava de piquete à data do furto.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — De facto, isso é verdade. Não é verdade a questão da substituição da equipa. Não houve substituição nenhuma da equipa nem os outros se afastaram ou quiseram ser afastados.

Aliás, em outubro, vários me disseram: «Major, se precisar de ajuda, nós continuamos cá». Só que nós não estávamos a fazer nada. Nós fizemos uma proposta e ficámos a aguardar a resposta e as diligências que estavam a ser feitas, paralelamente, continuavam a ser feitas pelos mesmos elementos que estavam a fazê-las.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — A equipa de investigação não se alterou, apenas se alterou o responsável, digamos assim, dessa equipa, que passou a ser o Major Brazão. É isso?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, o único que saiu... Nem sei se o Sr. Capitão Bengalinha saiu formalmente do processo, julgo que não, porque, se ele saísse... Em termos processuais, documentais, ele continua lá, eu não apareço, porque se ele saísse, naturalmente, haveria a minha nomeação. Portanto, ele saiu... mas não houve nenhum despacho de desnomeação, digamos assim.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Voltando à minha questão anterior, Sr. Major, saiu ele e saíram todos, porque a partir do despacho da Sr.^a Procuradora-Geral da República o inquérito da PJ Militar foi encerrado.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, isso não é verdade. O processo foi apensado ao deles, mas nós continuámos... E posso tentar procurar ver aqui as diligências que foram feitas após a apensação do processo...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Não estou a falar da investigação paralela, Sr. Major. Estou a falar do processo de inquérito que tem um número idêntico ao número que existia na Polícia Judiciária.

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, mudava só as letras, salvo erro.

No dia 3 de julho, foi entregue o relatório de caracterização da cobertura celular, portanto... a 3 de julho foi a primeira reunião na PJ onde o processo foi entregue em mão.

A 4 de julho o presidente visitou... Depois, a 6 de julho, foi elaborado o relatório intercalar. A 7 de julho, 11 militares foram inquiridos como testemunhas — lá está foi na altura em que estive em Tancos... Não, a 7 de julho, não, estava de férias

De dia 11 a dia 14 de julho houve 33 inquirições de testemunhas, militares do RE1 (Regimento de Engenharia n.º 1) e civis que trabalharam na reparação dos paióis.

A 13 de julho foi o relatório de exame ao local do crime. A 17 de julho, foi a receção dos relatórios periciais. De 19 a...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Major, deixe-me, então, perguntar-lhe o seguinte: mas essas investigações, esse procedimento do inquérito da PJ, mesmo sendo apenas um apenso ao processo principal da Polícia

Judiciária, de acordo com o despacho da Sr.^a Procuradora, é normal acontecer?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Vou continuar, já agora, porque também não é muita coisa... Aliás, ainda é muita coisa.

Portanto, fizemos um trabalho muito grande, nós, isto é, eles que estavam no processo e quando eu cheguei, a 17...

Há aqui uma série de inquirições, de relatórios... A 11 de agosto há o relatório intercalar. Foi proposto que a Polícia Judiciária efetuasse um relatório intercalar, que, até à data, ainda foi recebido nem nunca foi fornecida qualquer informação. A 11 de setembro, houve reunião de coordenação com a PJ, a 25 de setembro a proposta de extração.

Continuou-se a trabalhar. Naturalmente, quando as inquirições começaram a diminuir e a acabar o nosso papel processual na investigação, digamos, oficial deixou de existir.

O último facto processual é a 25 de setembro com a proposta de constituição de arguidos. Por isso é que a equipa do Capitão Bengalinha, e também a minha, porque fui nomeado para coadjuvar, julgo que há essa nomeação dele e mais uns quantos militares meus... Aliás, já tinha militares meus também da minha equipa que tinham sido nomeados, salvo erro. Portanto, ficámos todos naquela mesma situação. Ou seja, ficámos a aguardar a resposta à nossa proposta de constituição de arguidos, que nunca veio, e não foi feita mais nenhuma diligência processual.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Essas diligências foram sob a direção da Polícia Judiciária?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Estas diligências foram sempre em coordenação com a Polícia Judiciária e foram sempre entregues todas as inquirições, tudo no documento... Portanto, eram entregues em mão.

Depois, não está aqui, mas foi pedida muita documentação, que era entregue. Quando se diz que houve obstaculização por causa dos documentos. Não! O Exército fez exatamente... O mais rapidamente possível, estabeleceu um canal direto, aliás, já tinha feito isso com o processo dos Comandos, para que os documentos fossem pedidos diretamente à Unidade. Portanto, até se ia lá, entregavam-nos os documentos e nós entregávamos diretamente na Polícia Judiciária. Portanto, houve aqui uma velocidade processual que não é normal nos processos.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Major, se o processo de inquérito da PJM estava a correr bem, por que é que substituíram o Capitão Bengalinha?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não é uma questão de substituição, ele é que quis sair. Ele é que sentiu a mais... Vamos lá ver uma coisa, julgo que já aqui expliquei, ele não recebia informação nenhuma, não havia... As propostas que ele fazia? Há várias...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Não recebia informação de quem?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Da Polícia Judiciária, não recebia.

Ele nunca teve acesso às eventuais — que não sei se foram feitas, mas julgo que sim — escutas a militares que eram fundamentais para nós conseguirmos crescer na hierarquia, eventualmente.

É assim: quando se se depara uma com uma situação de segurança militar em que não é num dia que não há rondas, são *n* dias em que aquilo

não está a funcionar como deve funcionar, alguém tem de ter conhecimento daquilo, ou, pelo menos, se calhar...

Vamos lá ver, há um oficial de dia que não tinha conhecimento — pelo menos isso foi aqui veiculado nesta Comissão de Inquérito, e também está no processo — de que aquilo era da sua responsabilidade.

Então, mas vamos lá ver: aquilo era uma missão que se fazia de tempos a tempos, não era a missão principal do Regimento, mas, naturalmente, naquele mês, era uma missão muito importante. Portanto, se um oficial de dia, que se apresenta ao comandante, que se apresenta o 2.º comandante, que se apresenta ao oficial de operações — isto tudo, em teoria, deveria acontecer assim —, afirma não ter conhecimento de que tem como missão a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos ou está a mentir ou anda muito distraído ou alguma coisa não está aqui a funcionar bem!

Uma coisa que aprendemos com a experiência é que, ao constituir como arguido um militar, ele, pela sua ética e pelo seu brio, vai falar, vai falar! Estou aqui a falar e poderia ter-me remetido ao silêncio.

Portanto, nessas investigações, quando nós constituímos arguidos, naturalmente, começa-se a perceber a razão por que não havia rondas. Há ali coisas que não são justificáveis naquela grandeza.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Nós já iremos lá, Sr. Major, mas deixe-me perguntar-lhe então o seguinte: afastado — ou afastou-se —, o que é certo é que o Capitão Bengalinha sai da investigação. Não conseguimos compreender, com certeza, é por que é que não há despacho de nomeação da responsabilidade...

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu já respondi.

Em toda a minha vida, não fui nunca um subordinado fácil. Eu tenho as minhas convicções e, portanto, eu entendi que não queria fazer o mesmo

papel que estava até ali a ser feito de fazer propostas e nem sequer responderem.

Portanto, eu disse, claramente, que ou havia uma resposta — que podia ser negativa e continuávamos —, relativamente à proposta de constituição de arguidos, ou eu não aceitava. Disse isso claramente ao Sr. Coronel: «Isto é precisamente a mesma situação que se deu quando me quiseram nomear. Se o Sr. Coronel não gostar, informe o Diretor-Geral e passe-me uma guia de marcha para o Exército, pronto.»

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Mas, Sr. Major, o que é certo é que, depois, aceitou participar, ou melhor, aceitou continuar a participar no tal inquérito paralelo e aceitou, inclusivamente, participar nas ações do achamento do material.

Qual foi a razão e quais foram os fundamentos?

O Sr. Major **Vasco Brazão**: — Isso não é uma questão de aceitar ou deixar... As coisas são completamente diferentes.

Nós temos um processo oficial onde, claramente, quando há um órgão de polícia criminal que faz uma proposta ao Ministério Público, tem ou deve haver uma resposta e não havia. Não sei porquê, não havia, nem por telefone. Até podiam dizer: «Eh pá, isso não dá.» Nunca disseram nada e, portanto, aquilo para mim era impensável.

A outra questão, a questão paralela, já vem antes de eu chegar. Eu estou de férias quando aquilo já decorre. Eu sou incluído...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Está a falar do inquérito paralelo? Já decorria?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Sim, sim, as investigações paralelas... Não podemos dizer «paralelas», porque o processo ainda era nosso. Elas começaram, exatamente, no dia 29: a recolha de informação, etc.

Portanto, eu entro, já aquilo vai em andamento e eu recebo uma ordem que é para ser cumprida. E cumpri a ordem.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Recebe a ordem do Coronel Vieira?

O Sr. Major **Vasco Brazão**: — Sim. Mas, vamos lá ver, eu não recebo a ordem do Coronel Vieira assim diretamente.

Aquilo está a andar e, quando chego, o Capitão Bengalinha está a dirigir o inquérito. Ele aqui deu a ideia de que não sabia de nada. Não é bem assim! Como já disse, o Major Pinto da Costa foi a Tancos fazer determinadas diligências e deu-lhe essa informação. E foi com a autorização dele e do Coronel Estalagem. Isto, logo no início.

Eu quando vou ao Algarve, já passado não sei quanto tempo, portanto em setembro, dizemos-lhe, ou melhor, o Pinto da Costa diz-lhe, eu nem sabia que havia aquelas diligências por fazer: «Eh pá, se tens tempo para vir ao Algarve, vê lá se há oportunidade de ires a Tancos.» Portanto, ele vai a Tancos, assume a responsabilidade, envia um *e-mail* para os inspetores. Portanto, dizer...

Não está aqui sentado o Sr. Capitão Bengalinha porque a chamada não ocorreu naquela altura. É tão simples quanto isso! É tão simples quanto isso!

Portanto, havia uma investigação paralela a decorrer de que o Sr. Capitão Bengalinha tinha conhecimento e tomou ações. E essas ações facilmente se vão provar em tribunal. Há *e-mails*, há os outros militares que participaram nessas ações, há portagens, há uma série ...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — E o que é que descobriram nessas ações todas de averiguação, relativamente aos factos do furto do material de Tancos?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que a maioria das diligências foram infrutíferas, não resultaram.

Mas, se for ao café da esquina perguntar por um indivíduo e se eu sei que esse indivíduo frequenta aquele café, vou, de certeza absoluta, provocar uma reação em alguém. Portanto, acredito que aquelas nossas diligências que terão sido infrutíferas, se calhar apertaram o cerco nalgum sítio, mexeram com alguma coisa e, portanto, fizeram esta reação de entrega. É a minha percepção.

Agora, se me disser assim: «Então, mas vocês andaram no Algarve, andaram em Tomar, andaram em Castelo de Bode, andaram aqui, no que é que aquilo resultou?» Na prática, zero! Repito: na prática, zero! Mas, se calhar, foi feita muita pressão... Porque não é normal andar a Polícia Judiciária Militar a fazer perguntas, a mostrar-se em determinadas zonas do País.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Nessas averiguações de que teve conhecimento e em que participou, a sua intuição diz que houve cumplicidades internas para que o furto tivesse ocorrido?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — A intuição que tenho é a de que, necessariamente, teve de haver informação. Agora, se essa informação foi dada por um militar que prestava lá serviço ou se foi dada por um militar que prestou lá serviço, não consigo dizer.

Aquilo que percebo do processo é que eles... Foi aqui dito que foram amadores. Eu diria que foram extremamente profissionais na forma como

entraram e saíram, mas seriam amadores, não é amadores, mas a criminalidade seria menor... Até porque o que eles levam — não estou a menorizar o furto, que foi gravíssimo, e o material era perigosíssimo — foi *n*, nem sei quantas, granadas de corte que são granadas de instrução, não servem para nada — para nada no sentido em que só servem para o Exército treinar —, são granadas ofensivas. O nome parece que é muito agressivo, mas se for largada aqui uma granada ofensiva, o que nos acontece é que vamos ficar atordoados. E foram muitas granadas ofensivas que ele tiraram, não me recordo... Aquilo não serve para nada porque, se eu vou assaltar um banco, por exemplo, eu quero é ter controlo de quem está lá dentro e não quero pô-los atordoados e em pânico. Portanto, aquilo, objetivamente, não serve para o crime organizado.

Foram levados LAW (*Light Anti-tank Weapon*) que não funcionavam, eles não sabiam que não funcionavam, mas estavam com falhas de disparo, portanto a informação não deve ter sido cuidada, digo eu...

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Chegaram a apurar o que é que pretendiam fazer com o material furtado?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isso não.

Levaram granadas lacrimogéneas! Para que é que aquilo serve para o crime organizado?!

Portanto, há ali um conjunto de materiais que não servia absolutamente para nada e eles levaram-nos na mesma. Parece-me que eles iam com o objetivo de alguma coisa e não encontraram ou encontraram pouca, nomeadamente munições, e levaram o que estava lá à mão para ser levado.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Vou dar agora um salto e vamos para o achamento. Gostava que esclarecesse também, Sr. Major, o seguinte: houve o achamento do material ou houve a montagem do achamento do material?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não, isso aí... Julgo que é melhor responder à porta fechada. Respondo, mas à porta fechada.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Suponho que, sobre quem ordenou a operação do achamento do material, também só queira falar à porta fechada.

Porque é que foi a Polícia Judiciária Militar sozinha e não foi a PJ com a equipa que participou no achamento?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Bem, era a intenção clara do Sr. Diretor-Geral que a PJ não fosse chamada e por isso é que ele fez questão de estar no local, para que não houvesse a tentação de alguém para interferir nessa diretriz que estava tomada.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Quando o Sr. Diretor-Geral Coronel Vieira resolve fazer o tal memorando, de que já falámos aqui, ele resolve elaborar esse memorando quando descobre que a Polícia Judiciária tinha, entretanto, descoberto o que tinha sido feito relativamente ao achamento?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Isso não sei. Não sei qual foi o motivo.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — O memorando era sobre o achamento das armas ou sobre o encobrimento do achamento?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — O memorando era sobre o facto de nós, a Polícia Judiciária Militar, não ter comunicado ao Ministério Público, e publicamente, de facto, aquilo que aconteceu. Nunca houve nenhum encobrimento. Aliás, posso dizer-lhe que nunca estive com o indivíduo, nem sei quem é... Aliás, agora sei porque foi noticiado... Mas, depois, à porta fechada posso esclarecer pormenores.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Portanto, até essa data, o Gabinete do Sr. Ministro, não sabia de nada sobre estes factos de que estivemos aqui a falar?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Não sei o que é que se passa no Gabinete do Sr. Ministro, não faço a mínima ideia, mas calculo que não.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Uma última pergunta, Sr. Major: entretanto, o processo de Tancos já estava em investigação, as questões do achamento também já estavam em investigação e, entretanto, o Sr. Major vai para a República Centro-Africana.

Foi para a República Centro-Africana porque pediu ou porque houve ordens da sua hierarquia militar para ser deslocado para a República Centro-Africana?

O Sr. Maj. **Vasco Brazão**: — Eu respondo a essa pergunta à porta fechada.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, obrigado Sr. Major Brazão pelos esclarecimentos prestados.

Eu presumiria que não há interesse em fazer uma segunda ronda nos termos da primeira e, portanto, faríamos então, a partir deste momento, uma pequena suspensão nos trabalhos, permitindo às Sr.^{as} e aos Srs. Jornalistas que abandonem as instalações e aos serviços que cessem a transmissão da emissão dos mesmos, com a duração de cinco minutos.

Pausa

Eram 19 horas e 51 minutos

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares foi deliberado que a reunião prosseguisse à porta fechada.